

TEMPO HISTÓRICO, PANDEMIA E FASCISMO NO BRASIL



Josefa Neves Rodrigues

FiloCzar

Josefa Neves Rodrigues

TEMPO HISTÓRICO, PANDEMIA E FASCISMO NO BRASIL

São Paulo
FiloCzar
2020

Copyright © 2020 by FiloCzar
Editores: César Mendes da Costa e Monica Aiub da Costa
Revisão: Monica Aiub
Projeto Gráfico: Editora FiloCzar
Imagem de Capa: Arnold Boecklin, *The Plague*, 1898

Conselho Editorial: José Barrientos Rastrojo (Universidade de Sevilha); José Maurício de Carvalho (UFSJ); Liana Gottlieb (ECA-USP); Mauro Araújo de Souza (Fundação Santo André); Paulo Abrantes (UNB); Vladimir Fernandes (UNIP).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rodrigues, Josefa Neves.
R613t Tempo histórico, pandemia e fascismo no Brasil. Josefa Neves
Rodrigues - - São Paulo: FiloCzar, 2020.

ISBN 978-65-87117-23-2
Formato: Livro digital- Formato PDF
Veiculação: Digital

1. História - Doenças transmissíveis. 2. História do Brasil. 3.
Fascismo – Brasil. I. Título.

CDD 909.616

Índices para catálogo sistemático:

1. História – Doenças transmissíveis CDD 909.616
2. História do Brasil CDD 981
3. Fascismo – Brasil CDD 320.53381

FiloCzar
Rua Durval Guerra de Azevedo, 511 – Parque Santo Antônio
São Paulo – SP
CEP: 05852-440
Tels.: (11) 5512-1110 - 985246099
E-mail: cesar@editorafiloczar.com.br
www.editorafiloczar.com.br

Dedico esta singela obra, aos meus amigos que partiram sem se despedir, bem como a todas e todos brasileiros que partiram em consequência da pandemia do Sars-Cov-2, mesmo no anonimato, em cada notícia de mais um óbito, minha alma se abalou e sofreu.

Sabemos que a vida é transitória, mas ninguém está preparado para ver seus entes queridos partirem sem sequer se despedir, de forma brusca e em plena solidão. Desta forma, essa pandemia nos atinge a existência de maneira avassaladora, porque rouba-nos a chance de estarmos ao lado de nossos parentes, de nossos amigos. Poder apertar a mão, abraçar, afagar os cabelos, dizer-lhe que não está sozinho(a).

Ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o meu repúdio por sua irresponsabilidade diante da vida humana. Muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se, de fato, tivéssemos um governo no Brasil.

Sumário

Apresentação

Introdução

O Governo de Bolsonaro, a história da pandemia e a negação da Ciência

O Tempo, e a falta de ação do governo contra o Coronavírus

Breve panorama da história das pandemias no Brasil, entre os séculos XVIII, XIX e XXX

Breve discussão sobre a importância do SUS

Considerações Finais

Referências

Sobre a autora

Apresentação

No mês de abril de 2020, fui convidada pelos editores da Filoczar a produzir material para os boletins que a referida editora está publicando semanalmente. Trata-se de pequenos textos que refletem questões intrínsecas ao isolamento social provocado pelo Sars-Cov-2. No início apresentei certa resistência, porque eu não conseguia escrever sobre o assunto sem sentir repugnância pela figura do atual governo, Jair Messias Bolsonaro, cuja posição política colaborou para o avanço da pandemia. Com sua forma imponderada, arrastou multidões para as ruas, quando, na função de líder máximo da nação, lhe cabia implementar políticas de contenção do coronavírus, o que envolveria ter fechado os portos, os aeroportos, as rodoviárias internacionais desde o início de fevereiro, quando o Sars-Cov-2 começou a se alastrar pelo mundo e chegou ao Brasil no dia 25 de fevereiro, por meio de um viajante que retornou de uma viagem de negócios, da Itália. Mas o governo brasileiro, ao invés de buscar medidas para impedir a entrada do coronavírus no Brasil, no dia 07 de março, com sua comitiva, viajou para Flórida, nos Estados Unidos da América, de onde a maior parte voltou infectada. Até o momento, o motivo dessa viagem nunca foi informado à nação brasileira.

Não disponho de conhecimento da área de saúde, tampouco da biologia ou estatística, mas sou professora e pesquisadora das ciências humanas, sobretudo da história, que me permite refletir sobre as diversas formas pelas quais as epidemias e pandemias podem se expandir, ser controladas, evitada a sua infestação, a partir de análise de dados historiográficos sobre as pandemias que assolaram o planeta desde a antiguidade. Como fica evidente na escrita desta obra, o isolamento social foi a medida mais eficaz contra as pandemias que atingiram a humanidade desde o século VI d. C..

Frente aos resultados da pandemia no Brasil - cujo número de óbitos ultrapassa dezesseis mil, e mais de trezentos e cinquenta mil infectados até o dia 23 de maio de 2020 - não há outra palavra para classificar as atitudes do atual presidente da República, além de irresponsável. Não posso deixar de mencionar que, em plena pandemia, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que autorizava as em-

presas brasileiras a suspender por quatro meses os salários dos funcionários que precisassem se isolar, ou pagar parte dos mesmos. Esse decreto foi derrubado pelo Congresso Nacional (CN) e pela Câmara Federal (CF), mas em seguida o presidente autorizou as demissões no período da pandemia, como se fosse insuficiente o desemprego que já era insustentável antes mesmo da pandemia invadir o Brasil. Enfim, nas eleições de 2018, os brasileiros tiveram a opção entre o tirano e o professor, mas escolheram o Tirano.

Neste contexto, a consciência da contribuição desta escrita impulsionou-me aceitar o convite dos editores, mas tanta indignação não coube em uma página, resultando, então, neste singelo livro.

TEMPO HISTÓRICO, PANDEMIA E FASCISMO NO BRASIL

Introdução

O relógio corre mais lento em tempos de solidão necessária, decorrente do isolamento social como única medida para a sobrevivência humana, frente aos ataques brutais e invisíveis do Sars-Cov-2, desde dezembro de 2019, quando esse coronavírus tem provocado devastação mundial, com efeitos semelhantes aos de uma Guerra, diante do percentual de pessoas infectadas e mortes. Tais aspectos levam-me a refletir se, nessa guerra de interesse unilateral, a vida é o bem maior, já que somente os países que investem na ciência, na educação e na saúde pública poderão sair vitoriosos dessa batalha com o invisível.

Nesse contexto, como campo de pesquisa científica, a História estabelece relação com o tempo objetivo e subjetivo, pois em momentos de isolamento social o tempo pode ser atenuado de acordo a realidade de cada indivíduo, permitindo, assim, a reflexão com a perspectiva da história das mentalidades, no contexto da Nova História, em que Le Goff (2003) sublinha as mudanças nos caminhos da humanidade, traduzindo a modificação dos meios de subsistência que alterou todo o cenário das sociedades ocidentais desde a era medieval, sobretudo a partir do período conhecido por renascimento. Conduzindo-nos, assim, a compreender as mudanças das mentalidades com o advento da industrialização, observando também outras discussões historiográficas acerca do capitalismo exacerbado que impe-ra no Brasil do século XXI, quando o governo brasileiro promove interrupção da Ciência e ações que vão desde a prescrição de remédio para a sociedade - embora a medicina seja uma área alheia ao seu conhecimento - até a desobediência às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a indução da população contra o isolamento social, a partir do próprio exemplo.

Explícito, portanto, que a discussão do processo industrial/capitalista neste trabalho objetiva apenas mensurar a dimensão política do governo brasileiro ao minimizar os efeitos do Sars-Cov-2 e tentar enobrecer a economia de maneira exacerbada sem se preocupar com a situação do trabalhador brasileiro, como fosse possível impulsionar a economia de um país em detrimento ao desenvolvimento do traba-

lho, porém, Bolsonaro parece supor que economia e trabalho são realidades dissociadas. Sendo assim, aproveitou que o Senado Federal havia aprovado por unanimidade, “o projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no País em razão da pandemia do Covid-19”¹ e em pleno domingo (22 de março de 2020) publicou a Medida Provisória nº 927 (MP927), com a qual aprofundou a reforma trabalhista, ao autorizar as empresas suspender por quatro meses os contratos de trabalhos sem pagamentos de salários dos funcionários que precisassem se isolar, ou pagar parte dos mesmos e também autorizou as empresas a demitir funcionários no período de isolamento social, que está em consonância com recomendação da OMS. Essa mentalidade intrínseca aos efeitos da política neoliberal, hoje é crescente e quase incontrollável na pátria Brasil.

Ao discutir os exageros do governo brasileiro em tempos de isolamento social, analisamos alguns acontecimentos do período medieval, na tentativa de compreender se as ideias do presidente Jair Messias Bolsonaro estão em consonância com o princípio do desenvolvimento econômico pautado no modelo de industrialização medieval, cujo processo ficou conhecido como a fase da produção artesanal, em que alguns poucos indivíduos tinham condições para obter as matérias primas e os instrumentos de produção do trabalho manufatureiro, que se desenvolvia em pequenas oficinas, em geral, pela própria família. Enquanto a segunda fase faz referência ao período em que essas oficinas se ampliavam e careciam de rapidez na produção, obrigando seus proprietários a ampliar a mão de obra, o que os levava a distribuir o trabalho para outros profissionais conhecidos por “mestres artesãos”, os quais eram submetidos às regras dos proprietários das oficinas e o pagamento pelo trabalho prestado era “moeda de troca”, ou seja, os mestres recebiam como pagamento, parte de sua própria produção -, desse modo, os poucos que tinham condições dominavam todo o “processo de produção” (HUBERMAN, 1976, p.119-12), situação semelhante à posição do governo brasileiro.

¹ Jornalista MARIA CARLA, 23/03/2020. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br/bolsonaro-aproveita-pandemia-para-editar-mp-que-autoriza-demissao-em-massa/Acesso em 02/06/2020>. Fonte: SINPRO-DF.

Ao discutir a ideia de que nosso necessário hábito de dividir a história em períodos ou eras não é um ato neutro ou inocente ou um mero fator cronológico, mas a perspectiva de uma época em relação a outra, Le Goff, coerentemente para quem foi um dos responsáveis por renovar a visão do Ocidente sobre o que se denominou Idade Média, acaba por reforçar ainda mais uma imagem de dinamismo e criatividade para o período que vai da Antiguidade (do século III ao VII) até a metade do século XVIII. Sim, pois se discute os valores produzidos por determinadas periodizações da História, Le Goff também provoca e oferece ao leitor novas percepções para a dinâmica e complexa caminhada da humanidade ao longo dos séculos. Para isso mostra como foram criadas as diferentes formas de conceber as periodizações, as rupturas e os modos de pensar a história, colocando em evidência as características de um amplo conjunto de ações humanas sobre esse longo período.

Com o passar do tempo, esse sistema de produção se desenvolveu para a fase que conhecemos por Revolução Industrial – momento em que ocorrem as transformações da indústria na Europa Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, que se desdobram em diversas fases dinâmicas com o sistema capitalista e se deslocam para a América Latina nos tempos mais recentes, atingindo o Brasil no início do século XX e se estruturando no final da Segunda Guerra Mundial (LOPES, 2008).

Para melhor compreender a noção do processo industrial no contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, reflitamos com Lopes (2008, p. 03):

O industrialismo (conceito histórico-cultural ou antropológico) ou a industrialização (conceito estrutural ou sociológico) são apontados, por vezes, como marca fundamental da etapa histórica das sociedades atuais, das mais avançadas às mais atrasadas, economicamente falando-se. Aquelas e estas sociedades vivem sob o impacto do processo de industrialização ou do ethos ou padrão cultural do industrialismo. A compreensão deste ethos ou daquele processo de transformação seria, pois, fundamental para a compreensão do mundo moderno, seja em termos de desenvolvimento de cada nação, seja em

termos das relações entre as nações e do destino da civilização e do homem contemporâneos.

Alinhava-se a reflexão do autor ao processo de produção industrial brasileiro, sobretudo na cidade de São Paulo, para onde se deslocou o trabalhador da produção cafeeira, que até 1929 desenvolvia o trabalho no campo. Porém, não se pode perder de vista a produção da cana de açúcar que fabricava nos engenhos (verdadeira engrenagem fabril)² a doçura açucareira, por mão de obra escrava, que abastecia a colônia portuguesa e também o mercado internacional, o que suscita a questão se o processo industrial no Brasil não se iniciou desde o Brasil Colonial.

Retomando o contexto das mudanças sociais provocadas pelos referidos sistemas (industrialização e capitalismo), almejo compreender as mudanças das mentalidades no tempo e no espaço, ao verificar que o governo brasileiro possui posição política antagônica à democracia constituída em quase todo o mundo ocidental, sobretudo na América Latina, cujos aspectos democráticos ainda estão em processo e, embora tenham chegado tardiamente ao Brasil, seus efeitos positivos foram sentidos nas novas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas pelas quais se organizava a sociedade brasileira, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que embora tenha desenvolvido políticas públicas em poucos setores da sociedade e de modo muito tímido, não se pode negar essa iniciativa (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

Entretanto, o legado do desenvolvimento do Brasil, em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na produção industrial, pertence ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, PT (2003-2010). De acordo com Pesquisa Ibope custeada pela “Confederação Nacional da Indústria (CNI)” e divulgada em 16/12/2010. Por isso, faltando 15 dias do final do seu segundo mandato, o presidente Lula teve uma “aprovação e popularidade de 87%”, (G1, BONIN, 2010, p. 01).³ Entretanto, esse resultado já era esperado, pois o presidente Lula elevou o Brasil à sexta economia mundial (quase à quinta),

²Ver RODRIGUES, 2020.

³Cf. [http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-
chega-87-diz-ibope.html](http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html)

além de quitar a dívida externa (histórica) do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 2003, quando Lula assumiu a presidência da República, o Brasil vivia grave tensão econômica, com a qual o desemprego corria a galope e a volta da inflação era ameaça constante. O Brasil convivia com o “desprestígio internacional”, sobretudo com a dívida externa crescente junto ao FMI, havia décadas, o que corroborava para atenuar a desigualdade social, conforme aponta Mercadante (2020, p. 11): a “[...] adoção do receituário neoliberal – com políticas indiscriminadas de abertura comercial e financeira, fragilização financeira do Estado, privatizações e desregulamentação geral da economia – interrompeu essa trajetória de crescimento e reforçou as tendências à concentração da riqueza e da renda e à exclusão social”. Mas, quase que imediatamente, Lula implementou medidas para conter essas desigualdades sociais que eram gritantes. Assim como também alavancou o desenvolvimento com a implementação de novos empregos, fortalecendo o Estado brasileiro.

Lula e sua equipe ministerial não mediram esforços no sentido de impedir o desmonte do Brasil, para o que consistiu em impedir as privatizações das empresas públicas que até então eram realizadas sem a preocupação da preservação dos interesses do povo brasileiro (MERCADANTE, 2010, p. 6).

Pode-se então afirmar que os governos do PT proporcionaram ao Brasil, largo desenvolvimento em todos os âmbitos da ordem social, inclusive com o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), conforme apresenta Mercadante, (2010, p.18):

O BNDES tornou-se maior que o Banco Mundial, com um volume de crédito equivalente a cerca de 100 bilhões de dólares (170 bilhões de reais), em 2009. O Banco do Brasil emprestou mais, em 2009, do que todos os bancos do país, inclusive ele mesmo, em 2003. A Caixa Econômica Federal, que na área imobiliária emprestava 7,9 bilhões de reais, em 2003, financiou, em 2009, mais de 47 bilhões de reais para cerca de 800 mil imóveis em construção. E com o programa Minha Casa, Minha Vida passou-se a atender de forma ainda mais expressiva a população com renda inferior a três salários-mínimos, na qual se concentra o

grande déficit habitacional, com juros, prestações e prazos extremamente favorecidos (MERCADANTE, 2010, p. 18).

Sendo assim, ao término do seu segundo mandato, o presidente Lula ajudou a eleger a presidenta Dilma Rousseff, PT (2011-2016) que o sucedeu em 01 de janeiro de 2011, mas governou com muita dificuldade diante da retaliação dos políticos adversários e, mesmo assim, foi eleita no segundo mandato, tendo governado sob perseguição acirrada da oposição e de grande parte das instituições públicas e das elites que, direta ou indiretamente colaboraram com o Golpe de 2016, acarretando grandes perdas de direitos civis e sociais do trabalhador e de toda sociedade brasileira que depende das instituições governamentais. Essa Política adversa que se aprofunda no atual governo de Jair Bolsonaro, tem comprometido o desenvolvimento em todos os âmbitos do Brasil, atingindo a parte da sociedade mais carente, pois as políticas públicas direcionadas para a população que delas necessita para garantir sua subsistência, vêm sendo substituídas por políticas totalmente desvinculadas do debate democrático, quando o atual governo se porta como o senhor da Casa Grande que viveu no Brasil colonial do século XVI, mas mantinha a cabeça na Europa medieval.

O GOVERNO DE BOLSONARO, A HISTÓRIA DA PANDEMIA E A NEGAÇÃO DA CIÊNCIA

A fim de elucidar a negação da ciência pelo atual governo brasileiro, recorro aos acontecimentos do século XVIII, quando o mundo ocidental iniciava a corrida pelo desenvolvimento científico, posto que já naquele período a Ciência importava, sim, de modo que o obscurantismo perdeu espaço para a lógica que, a longos passos, delineava o caminho da humanidade. Assim, a evolução e as transformações seguem ultrapassando o antigo tradicionalismo místico, pelos quais as sociedades se orientavam nas eras anteriores ao modernismo. Refiro-me ao Movimento Iluminista, que impõe a concepção objetiva dos fenômenos cuja transformação traduz nova compreensão do mundo, no qual a intelectualidade ganha relevo e as academias de ciência começam a ser articuladas pela investigação científica, de modo que o século XIX marca o calendário com a história da revolução científica, ocasião em que a razão assume proporção incomensurável, implicando, inclusive, na exigência do professor universitário dedicar tempo integral para projetar suas pesquisas junto a seus discípulos, conforme aponta Dantas (2008):

Estabelecia-se, assim, uma correlação estreita entre a ciência pura e ciência aplicada. Aliás, quase sempre elas se confundem, sendo difícil estabelecer os seus verdadeiros limites. A ciência pura, meramente especulativa, merece este conceito pela falta de imediatismo dos seus propósitos e pelo seu aparente desinteresse, enquanto que a aplicada se exerce com objetivos predeterminados. Mas, em última análise, a ciência tem caráter finalista, evidente, às vezes, oculto, outras, desde que se propõe ao controle e domínio da natureza, em favor do bem-estar e da felicidade do homem. A história da ciência apresenta numerosos e indiscutíveis exemplos desta estreita correlação. Os resultados da ciência nem sempre são imediatos. São de

Ramon y Cajal as seguintes palavras: “Cultivemos a ciência por si mesma, sem considerar, no momento, as aplicações. Estas chegam sempre. Às vezes, demoram muito, às vezes anos, às vezes séculos” (DANTAS, 2008, p. 1).

Assim, o homem atravessou os séculos na busca de explicação para os questionamentos inerentes à vida humana. Essa problematização acessa as diversas fases da história e sua temporalidade, a ciência e suas diferentes formas de interpretar a existência planetária, que neste trabalho, tem um único objetivo – traçar um paralelo entre a luta de milhares de intelectuais em todo o mundo, em diferentes tempos – os quais ousaram dedicar suas vidas para que o desenvolvimento técnico científico ocorresse em benefício da humanidade (DANTAS, 2008).

Para essa compreensão, reflito com o legado da história, considerando o pensamento crítico antes mesmo do cristianismo – referindo-me aos pensadores que antecederam a ciência moderna, a exemplo de Aristóteles, Tucídides, Heródoto e outros.

Neste contexto, objetivo mensurar a posição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e suas ideias perpetradas no mais absoluto nível de ignorância, que o permite negar a ciência em todos os seus aspectos – em plena alucinação que, talvez, tenha comprometido os aspectos da saúde humana no Brasil em todos os níveis e dimensões científicos nesta época difícil de pandemia provocada pelo coronavírus.

A revista Carta Capital cita a revista britânica “The Lancet” considerada o meio de comunicação mais renomado na área da ciência e da medicina, “[...] classificou qual é o maior risco para o Brasil no contexto da pandemia de coronavírus, que já matou 9.146 pessoas no País e infectou mais de 135 mil: o presidente Jair Bolsonaro”. Ressalta-se, entretanto, que passados pouco mais de dez dias entre a data dessa publicação e o presente momento, segundo informação Agência Brasil do dia 25 de maio de 2020, o número de mortes por contaminação da Covid-19 no Brasil, subiu para 23.470 e o número de infectado gira em torno de 363.211⁴, mas pode ser ainda superior diante da deficiência de monitoramento de todos os casos.

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-brasil-tem-374898-casos-confirmados-e-23473-obitos>. Acesso em 26/05/2020.

Assim, o Brasil já supera todos os outros países da América Latina e pode se tornar o primeiro lugar no mundo em infectados e mortes por infecção do Sars-Cov-2, já que o governo brasileiro não segue as normas indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Enquanto isso, Bolsonaro e sua equipe ministerial seguem fazendo vista grossa aos desdobramentos da pandemia para toda a nação brasileira e, ao invés de discutir soluções para o problema da mais alta gravidade como a pandemia que atinge gravemente o Brasil, em reunião, discutem golpear as instituições e a nação, sobretudo os mais carentes, a natureza, o meio ambiente e a educação. Além disso, entrou na pauta da reunião a possibilidade de armar a população para agir contra prefeitos e governadores que impuserem o isolamento social. Sobre essa questão cito, a seguir, a revista Carta Capital, em 22 de maio de 2020,

Uma nota conjunta foi liberada por partidos de oposição a Bolsonaro ao passo que as revelações da reunião eram mostradas. No comunicado, os partidos expressam repúdio, também, a um posicionamento do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que mais cedo liberou uma nota com teor de ameaça ao Supremo Tribunal Federal (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

As atitudes do governo brasileiro levam-nos a compreender que o mesmo está mais preocupado em defender interesses pessoais - inclusive os que dizem respeito à família do presidente. Interferir na organização das instituições como mecanismo para impedir que as denúncias de corrupção sobre si e sobre os seus filhos lhes alcancem parece ser uma de suas metas, conforme suas palavras, proferidas em reunião no Palácio do Alvorada (com sua equipe ministerial) em 22 de abril de 2020 e liberada para conhecimento público, por decisão do ministro decano Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal (STF) (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

Observemos as palavras do presidente da República do Brasil: "Eu não vou esperar f* a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meus, porque eu não posso trocar alguém da Segurança na ponta da linha. Vai trocar". Na referida citação, uma palavra foi ocultada, mencionada apenas a primeira letra (f), e a Carta Capital,

assim como demais meios de comunicação, o fizeram por se tratar de uma palavra de baixo calão (palavra de vocabulário chulo) (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

Por diversas vezes, o presidente Jair Messias Bolsonaro externou profunda insatisfação com as informações que recebe dos órgãos do próprio governo, informações que, segundo suas palavras, mais o desinformam do que informam. Conforme discursado presidente Jair Bolsonaro, publicado pela Carta Capital, em 22 de maio de 2020,

E eu tenho o poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção. Nos bancos eu falo com o Paulo Guedes, se tiver que interferir. Nunca tive problema com ele, zero problema com Paulo Guedes. Agora os demais, vou! Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. [...] Eu tenho as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô! Aparelhamento etc. Mas a gente num pode viver sem informação.⁵

O presidente Jair Messias Bolsonaro deixou alguns setores da economia e da política nacional e internacional perplexos ao expressar a necessidade de interferir diretamente nas instituições, em uma reunião na qual parte de seus ministros também se pronunciaram contra a nação, desconsiderando a terrível crise de saúde pública que acomete a nação, em consequência da pandemia provocada pelo coronavírus. Além da crise econômica, que já era expressiva desde 2016 e decolou com a falta de programa de desenvolvimento econômico e com a ausência de política de empregabilidade no atual governo. Nessa perspectiva, os partidos de oposição ao presidente Bolsonaro comungaram-se e emitiram notas de repúdio enquanto a gravação (em vídeo) da referida reunião presidencial ia sendo apresentada (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

Longe de qualquer preocupação com a crise que assola o país, sobretudo pela falta de atendimento médico adequado frente a procura por atendimento dos infectados pelo coronavírus, além dos casos

⁵<https://www.cartacapital.com.br/> Acesso em 22/05/2020.

corriqueiros que envolvem a sociedade; a dificuldade do alunado brasileiro de estudar a distância; a fome que aumenta pela dificuldade de se desenvolver; os subempregos que já eram frequentes no atual governo de Bolsonaro e se ampliam com a necessidade do isolamento social... Nem assim, a reunião entre o governo federal e seu ministério colocou em pauta minimamente assuntos de interesse da nação brasileira (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

Alguns ministros se manifestaram, a exemplo do ministro da educação, Weintraub, que proferiu discurso inflamado sobre seu objetivo no governo, narrando o que julga adequado para o Brasil e afirmando estar enfrentado dificuldade para realizar seu trabalho, o que considera lamentável não conseguir fazer plenamente, conforme explana: ‘a luta pela liberdade’ e ‘acabar com essa porcaria, que é Brasília’, ‘um cancro de corrupção, de privilégio’. Parece, então, que Weintraub não compreende o significado da palavra democracia, pela qual o governo brasileiro deve orientar seu discurso e prática, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que exigiu esforço incomensurável de muitos cidadãos e cidadãs brasileiros para que sua existência fosse possível (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

Para melhor compreender a pauta da reunião entre governo e equipe ministerial, a seguir destaco o pronunciamento do ministro da Educação Abraham Weintraub,

“A gente tá perdendo a luta pela liberdade. É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais... o povo tá gritando por liberdade, ponto. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo. A ge... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”, disse ele, como mostra a gravação da reunião, cujo sigilo foi suspenso nesta sexta-feira (22) por Celso de Mello, um dos ministros do Supremo (CARTA CAPITAL, 22/05/2020).

De acordo com a fala do ministro da Educação, Weintraub, pode-se interpretar que o país, cuja democracia ainda está em fase embrionária, foi quem perdeu e ainda está perdendo sua democracia, especialmente com a eleição de um presidente que opera contra os

interesses da nação, pois embora achessemos a maior crise econômica dos últimos séculos, aguçada pela pandemia do coronavírus, a sociedade brasileira está à deriva de política assistencial, até porque o governo não impediu que as empresas demitissem seus funcionários durante o período da pandemia, o que amplia em larga escala o desemprego no país.

O ministro Weintraub afirma também ser contra o fato de, no Brasil, serem consideradas as especificidades dos diferentes povos que compõem a nação: povos indígenas, ciganos, negros, entre outros. Para ele só existe um povo, que é “povo brasileiro”. Lamentavelmente, o ministro da educação parece ignorar que o conceito universal não serve para classificar os povos que carecem de reconhecimento das suas especificidades, e que não fazê-lo significa negar a garantia constitucional dessas especificidades no âmbito social e econômico, entre outros.⁶

Considera-se que, dentro do universo que compõe o Brasil, cada povo possui a sua cultura, e com ela a suas especificidades, contribuindo com essa gigantesca nação. Fazer o contrário pode significar o extermínio dessas culturas, pois elas precisam de garantia dos atendimentos diferentes pelo Estado para sua manutenção, a exemplo dos nativos, afinal, não foi à toa que “Lei n. 6.001”, de 19 de dezembro

⁶ De acordo com a Organização das Nações Unidas, comunidades, povos ou nações indígenas são aqueles que, apresentando uma continuidade com sociedades pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios no passado, consideram-se diferentes de outros segmentos que, na atualidade, predominam nesses territórios, ou em parte deles. Constituem segmentos não dominantes da sociedade e manifestam o compromisso de preservar e desenvolver suas culturas e transmitir para gerações futuras seus territórios ancestrais, suas identidades étnicas, tendo por base sua existência contínua como povos, de acordo com seus padrões culturais, instituições sociais e sistemas jurídicos. Essa continuidade histórica pode se manifestar, por um período que se estende até o presente, de um ou mais dos seguintes fatores: a) Ocupação de terras ancestrais, ou de partes delas; b) Ancestralidade que remonta aos habitantes originais das terras que ocupam; c) Cultura em geral, ou através de suas manifestações particulares (como religião, modo de vida tribal, pertencimento a uma comunidade indígena, formas de se vestir, modos de vida etc.); d) Língua (seja a língua-mãe a forma habitual de comunicação em casa ou na família ou na comunidade como um todo); e) Residência em certas partes de um país, ou em certas regiões do mundo. Do ponto de vista individual, uma pessoa indígena é aquela que pertence a uma dada comunidade indígena através da autoidentificação (consciência de grupo), ao mesmo tempo que é reconhecida e aceita por essa comunidade como um de seus membros (pertencimento comunitário) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004, p. 2).

de 1973 foi sancionada, para garantir a identidade dos povos nativos brasileiros (SANTOS; COIMBRA JR; CARDOSO, 2007, p. 20).

Outro ministro que proferiu um discurso desarmonioso, na referida reunião, foi Ricardo Salles, do Meio Ambiente, ao sugerir que o governo devesse aproveitar a crise provocada pela pandemia do coronavírus, para a qual a imprensa tem voltado toda atenção, a fim de avançar em certas mudanças, intrínsecas às leis ambientais, que em outras circunstâncias (normais) podem passar pelo crivo das críticas da mídia, que informará a sociedade, podendo haver reação da opinião pública.

Acompanhemos a narrativa do ministro do Meio Ambiente, a seguir:

Nós temos a possibilidade neste momento, que a atenção da imprensa está voltada quase que exclusivamente para covid-19... A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro cobrou", disse o ministro.

O discurso de Salles, no mínimo, deve chamar a atenção da sociedade brasileira, sobretudo das autoridades, que têm o dever de reagir diante da narrativa do ministro, que expressa tamanho desprezo pelo meio ambiente, posto que, em setembro de 2019, a imprensa já noticiava o descaso do governo federal com a natureza, o que engloba os povos nativos (indígenas). Pois, nesta data, havia uma estatística que salta aos olhos em relação ao número de invasões em reservas indígenas, sendo, no ano anterior, 76 no total, enquanto em setembro de 2019 foram contabilizados 160 casos de exploração ilegal ou invasão em 153 reservas⁷.

O ministro Salles afirmou que, [...] o Meio Ambiente é o ministério que mais enfrenta dificuldades para "passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa e portaria", porque tudo que a pasta faz "é pau

⁷ Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 23/05/2020.

no Judiciário no dia seguinte". [...] "Então para isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid-19, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços [...]. É de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos.

Nota-se, portanto, que o presidente Jair Bolsonaro empenha-se na destruição dos direitos sociais construídos e constituídos após longas décadas de luta na sociedade brasileira, o que pode ser observado nas medidas que aniquilam o sistema de proteção, segundo a Carta Capital, com Rodrigues, (2019, p. 1).

Só a desinformação explica o curso fácil das medidas antissociais que Bolsonaro está incluindo em nosso ordenamento jurídico, invertendo e pervertendo as prioridades constitucionais e atacando frontalmente as conquistas sociais que foram inscritas na Constituição de 1988. A reforma da Previdência, por enquanto, é o ápice da desconstrução do pacto sob o qual fundamos a nossa jovem democracia. O novo ataque proposto pelas Emendas Constitucionais 186, dita emergencial, e a 188, que altera o pacto federativo, será, no entanto, devastador.⁸

O autor critica a universalização da saúde e da educação como medida de contenção de gastos por Jair Bolsonaro, sobretudo diante da crise que atinge os setores em discussão, os quais já funcionam em situação precária no que tange à garantia dos direitos coletivos e sociais e da promoção dos direitos humanos, que retrata uma das mais importantes conquistas da Constituição Federal de 1988.

Para aprofundar a discussão sobre a questão da retirada dos direitos sociais, que atinge os trabalhadores brasileiros, analisarei a história das mentalidades no tempo e espaço, recorrendo a Le Goff

⁸Artigo do senador Randolfe Rodrigues, que também é professor, graduado em História, bacharel em Direito e mestre em Políticas Públicas. Contato: randolfe@cartacapital.com.br. Acesso em 15/05/2020.

(2003, p. 426) e permitindo problematizar acerca da ruptura da tradição. Le Goff aponta que a queda da monarquia e a substituição desse poder ocorreu por uma “jornada absolutamente pacífica de proclamação ‘parlamentar’ da República”. Nota-se, portanto, que a grande perturbação, então, advém da quebra da velha estrutura, que não privilegia as massas, mas sim o poder dominante, que passa a ter maior controle sobre o tempo. Desta forma, amplia-se cada vez mais o controle social dos trabalhadores, fato que nos permite perceber a similaridade com a mentalidade do governo brasileiro neste momento.

Ao pensar sobre o tempo cronológico em que as estruturas passam por transformação objetiva, o calendário assinala o período histórico no qual os seres humanos deveriam se dedicar exclusivamente ao trabalho. Mas, aos poucos se foi percebendo a necessidade dos seres humanos participarem também da vida coletiva, quando a Igreja intermedeia os dias em que a sociedade trabalhadora teria seu tempo livre; os domingo e dias santos (feriados) seriam então reservados para folgas do trabalhador, isto é, a história registra os acontecimentos que conferiam à classe trabalhadora grande mobilidade social e cultural, ao mesmo tempo explicita o interesse da Igreja em mediar esse tempo “livre”, para recuperar os fiéis, aproximando-os do sentimento religioso. Contudo, essa realidade foi se alterando de acordo com as mudanças das mentalidades, até que as sociedades foram substituindo as estruturas e a democracia foi ganhando espaço com os processos que adotavam medidas que beneficiavam o trabalhador, dispensando-o da obrigação do trabalho nos dias de sábado, quando o mesmo completava sua carga horária de 40 horas no decorrer da semana, ou menor, de acordo com o contrato de trabalho. Mas, aqui, a referência contempla a modernidade, o que traduz profunda ruptura entre a mentalidade medieval e o século XX e XXI⁹.

Desse modo, objetivo compreender as ações políticas do Brasil do presente, em tempos de uma política exacerbadamente neoliberal, em que o governo pretende, ou pelo menos pretendia, a privatização do SUS e a desvalorização da ciência, já que o autor, ao trabalhar com

⁹E essa legislação estabelece que os gestores paguem um salário mínimo ou o próprio piso da categoria para seus colaboradores de determinada função. Da mesma maneira que exige o pagamento de horas extras de salário quando o funcionário trabalhar mais de 40 ou 44 horas semanais, seja sobre trabalho no sábado ou qualquer tipo de hora extra.
<https://www.jornalcontabil.com.br>. Acesso em 13/05/2020.

a questão do tempo, expõe a quebra dos modelos, ou seja, como as instituições caíram diante da mudança cultural, social e histórica da sociedade ocidental. No contexto do tempo histórico, busco compreender os efeitos da pandemia que assolou o Brasil, em fevereiro do presente ano (2020), provocando a doença denominada Sars-Cov-2, popularmente conhecida por Covid-19, e que a sociedade brasileira, sobretudo a parte mais necessitada, está excluída das políticas do atual governo, que colabora para o retorno crescente ao mapa da fome no Brasil em consequência do avassalador percentual de desempregados, além do isolamento social em virtude do 2019-nCoV).

O TEMPO, E A FALTA DE AÇÃO DO GOVERNO CONTRA O CORONAVÍRUS

Em dezembro de 2019, quando a China noticiou ao mundo as primeiras mortes em seu território em consequência da Covid-19, havia tempo suficiente para que o Brasil tomasse todas as medidas de precaução necessárias contra a pandemia que se anunciava em expansão planetária, mas isso não aconteceu porque o país conta com um governo cujas medidas políticas caminham na contramão dos interesses da nação. Somente no dia 26 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de infecção por Covid-19, diagnosticado em um homem de 61 anos que havia chegado da Lombardia - Itália, região onde a Covid-19 fez maior número de vítimas. O primeiro homem acometido pela doença ficou em tratamento domiciliar, onde cumpriu o isolamento recomendado pela Organização Mundial de Saúde, entretanto, foi acompanhado por médicos do “Hospital Albert Einstein” desde os primeiros sintomas. Vale destacar que o “Albert Einstein” é um dos mais importantes hospitais particulares da capital paulista e seu atendimento está muito distante da classe trabalhadora.

Na ocasião, o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, embora tenha considerado a situação preocupante, não contou com apoio do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que não apenas se opôs ao isolamento social, como também, ele próprio, quebrou todas as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca do isolamento social, de 30 de janeiro de 2020, quando a Covid-19 ainda era considerada epidemia¹⁰.

Apesar de ter sido considerada epidemia pela OMS na ocasião (30/01/2020), a instituição afirmou que, “[...] o surto da doença causada pelo novo coronavírus constitui uma Emergência de

¹⁰O termo epidemia é usado na medicina e sua distinção não pode ser feita com base apenas na maior ou menor incidência de determinada enfermidade em uma população. Sua principal característica se constitui no elevado número de casos novos e sua rápida difusão critério quantitativo, o que define o caráter endêmico de uma doença é o fato de ser a mesma peculiar a um povo, país ou região. Fonte: <https://www.sanarmed.com/epidemia-endemia-e-pandemia-seus-significados-e-suas-diferencas-colunistas>– Acesso em 03/05/2020.

Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional”¹¹(OPAS, p. 01). Frente à rapidez da propagação do vírus, em 11 de março de 2020 a OMS caracterizou-a pandemia, devido à fluidez que se deu diante da quantidade de viagens nacionais e internacionais que ocorreram em todo planeta, contribuindo para a evolução de epidemia para pandemia¹². A resolução foi dada pela “Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)”. Assim, em seu Art. 1º, e segundo a Portaria que regulamente a disposição, de número 13.979, a qual determina as regras de enfrentamento emergencial que exige para os cuidados com a contaminação e com o combate ao vírus denominado COVID-19 (Diário Oficial da União, 12/03/2020).¹³

Ficou assim determinado que o isolamento social deveria ocorrer,

Sobre o estabelecimento de quarentena, consta no documento que ele tem por objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado, “mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no *Diário Oficial* e amplamente divulgada pelos meios de comunicação.¹⁴

¹¹https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875- Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus. Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Acesso em 02/05/2020.

¹²A definição de epidemia para a OMS corresponde à propagação de uma nova doença em grande número de indivíduos, sem imunização adequada para tal, em uma região específica. Já pandemia diz respeito a uma doença que se alastrou em escala mundial, em mais de dois continentes. <https://www.sanarmed.com/epidemia-endemia-e-pandemia-seus-significados-e-suas-diferencas-colunistas>– Acesso em 04/05/2020.

¹³PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020 – Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>– Acesso em 04/05/2020.

¹⁴<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/publicada-portaria-que-regulamenta-medidas-para-enfrentar-o-covid-19>. Acesso em 04/05/2020.

Outra discussão foi o isolamento do paciente com diagnóstico positivo para a Covid-19, cuja medida ficaria sob responsabilidade por ato médico e deveria ocorrer, preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais “públicos ou privados, conforme recomendação médica, a depender do estado clínico do paciente” (Agência Brasil, 12/03/2020).

Vale ressaltar que as epidemias, ou pandemias, não são um mal apenas das sociedades modernas, posto que, no século VI uma pandemia historicamente conhecida por “Peste Negra” já se dissipava no continente europeu. No século XIV os sintomas dessa pandemia foram novamente sentidos nas sociedades europeias, com morte de cerca de cinquenta milhões de seres humanos. Na ocasião, os mosteiros foram fortemente afetados e os padres estavam entre os grupos mais acometidos, porque viviam em grande aglomeração, sobretudo com idade mais avançada e, quando um padre era infectado, rapidamente transmitia aos outros que compartilhavam os mesmos ambientes, principalmente, porque os mosteiros eram ambientes permanentemente fechados, conforme reflexão a seguir,

Deve-se considerar também que os membros do clero regular viviam em mosteiros ou conventos extremamente populosos; vários dentre eles já eram de mais idade, e, portanto, mais sensíveis a qualquer tipo de infecção. Nos *Annales Camaldulenses* do cenóbio beneditino de Santa Maria degli Angeli, em Florença, consta que, por consequência da epidemia de 1348, faleceram três quartos dos monges. O cronista irlandês John Clyn resumiu bem a questão: “o confessor e o confessado eram levados juntos para o túmulo” (QUIRICO, 2012, p.138).¹⁵

Esse fator alterou a cultura da Idade Média, posto que, com o grande número de mortes dos religiosos que tinham a função de preparar as pessoas para a morte, ou seja, um religioso comparecia à residência da pessoa moribunda para recomendar-lhe o sacramento

¹⁵QUIRICO, Tamara. É doutora em História Social (IFCS/UFRJ). Mestre em História da arte (IFCH/Unicamp). Professora de História da arte do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ART/UERJ); historiadora da arte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Realizou pesquisa de campo para seu doutorado na Itália em 2006.

da fé, com os efeitos do surto da “Peste Negra”, a morte passa a ser tratada até com indiferença, seres humanos eram tratados como se fossem animais, porque o medo da contaminação fazia com que os parentes abandonassem seus familiares que apenas compareciam no local em que eram deixados, jogavam água e comida sem qualquer contato ou comunicação com o parente abandonado pela doença contagiosa, a “Peste Negra”. Quando a pessoa falecia, com muito trabalho se arranjava pessoas que o sepultassem. Em geral, esse trabalho era realizado por camponeses fortes, pobres denominados “gavts” (coveiros) que arriscavam suas vidas ganhando algum dinheiro para sepultar esses mortos (QUIRICO, 2012, p.138).

À época, essa percepção de que o contato com os doentes contribuía para disseminar o vírus causador da “Peste Negra” fez com que as famílias recuassem se reunir em volta dos doentes contaminados, ou mesmo em reuniões fúnebres após a morte desses familiares, visando evitar contaminação e transmissão da doença.

A Peste Negra pode ter trazido consigo uma grande mudança nas mentalidades: com efeito, as altas taxas de mortalidade parecem ter alterado na população a percepção quanto à proximidade da morte; esta, de fato, era sentida pela maioria como iminente. Esta mudança, por sua vez, poderia ter modificado os modos de busca pela salvação, que se tornaria para muitos quase uma obsessão (QUIRICO, 2012, p.137).

De acordo Quirico (2012, p. 137), há indícios de que a

Peste Negra, tenha alterado o comportamento da sociedade medieval, já que o impacto da mesma sobre a população sobrevivente parecia ter impregnado na memória o sofrimento da doença, pois uma parte dos sobreviventes apresentava sequelas sintomáticas e a outra parte parecia anestesiada, ou seja, negava “as perdas causadas pelo surto”, os entes queridos falecidos e aparentava esquecimento.

O sofrimento daquelas sociedades não corresponde apenas às perdas de pessoas próximas, mas também à forma como precisavam agir para não se contaminar, abandonando seus entes queridos à própria sorte até o momento final. Não existia informação técnica/científica acerca das formas de contaminação, levando a

população aos transtornos psicológicos causados pela necessidade de abandonar seus entes queridos (QUIRICO, 2012).

Na ocasião foi apresentada a hipótese de que as secreções dos doentes podiam penetrar no tecido e contaminar outras pessoas, o que levou a sociedade naquele tempo a usar roupas específicas, um tecido que lembra um plástico que era usado, principalmente, pelos médicos, que também passaram a utilizar uma máscara em forma de bico de pássaro, preenchida com ervas aromáticas. Acreditava-se que essas roupas, assim como as máscaras, evitavam a contaminação, mas era um tipo de roupa destinada à classe médica e a população em geral não dispunha de condições para adquirir.

Tal como acontece hoje, com a pandemia do novo coronavírus (2019-nCoV) que se deslocou da China pelo mundo por meio de viajantes, a contaminação na Europa ocorreu por meio dos navios genoveses que aportavam em diferentes portos do continente¹⁶. Na época, a “Peste Negra” recebeu denominação diferente, de acordo com a sua manifestação e forma de contágio foi chamada também “peste bubônica” e peste pneumônica. A “Peste Negra” foi a nomenclatura usada na época para descrever a infecção que causava mancha ou bolha escura no corpo humano, sobretudo na região da virilha e nas axilas, mas podia se proliferar por todo o corpo humano atingindo o pulmão pela bactéria *yersinia pestis*, cujos sintomas mais gerais consistiam em: febre, fadiga, enjoos, vômitos e convulsões que permaneciam por aproximadamente sete dias, porém os sintomas e o tempo de duração variavam de acordo com o órgão do corpo humano que atingia e também de acordo com as condições imunológicas de cada indivíduo. Denota-se assim, uma relação entre a “Peste Negra” e a pandemia do coronavírus (2019-nCoV). Neste sentido, crê-se que, se o governo brasileiro, assim como outros países, tivesse fechados os portos, os aeroportos e as rodovias internacionais – possivelmente teria se livrado da pandemia em questão.

Retomo a discussão da infestação da “Peste Negra” a fim de observar a relação entre as formas de contaminação. A “Peste Negra” era transmitida pelas picadas de pulgas infectadas pela bactéria

¹⁶Cf. SILVA, Daniel Neves. "O que foi a Peste Negra?"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-peste-negra.htm>. Acesso em 04 de maio de 2020 – acesso em 04/05/2020.

Yersinia pestis, que também foi encontrada em ratos, o que permitiu a expansão da contaminação diante da precariedade das condições sanitárias da época. Há indícios de que a narrativa histórica da peste bubônica tenha sido pautada na Bíblia, conforme Resende (2009, p. 74), “[...] a praga que acometeu os filisteus. Estes tomaram dos hebreus a arca do Senhor e foram castigados: ‘A mão do Senhor veio contra aquela cidade, com uma grande vexação; pois feriu aos homens daquela cidade, desde o pequeno até ao grande [...]’”. Enquanto a infecção provocada pela peste bubônica ou “Peste Negra” pode ter sido a causa de outra pandemia que assolou em sua totalidade os continentes asiático e europeu, com seu auge até o meado do século XIV, mas que ainda apareceu de forma intermitente até o começo do século XIX, segundo a exposição dos números em Resende (2009, p. 81), estima-se que a Peste Negra tenha matado cerca de 200 milhões de pessoas no mundo, desde o início de sua proliferação até o século XIX.

A Peste Negra foi a maior, mas não a última das epidemias. A doença perseverou sob a forma endêmica por muitos anos e outras epidemias menores, localizadas, foram registradas nos séculos seguintes. Citam-se como surtos mais importantes a peste de Milão, Brescia e Veneza no século XVI; a peste de Nápoles em 1656; a peste de Londres em 1665 (setenta mil mortes); a de Viena em 1713 e a de Marselha em 1720, que matou metade de sua população. Entre 1894 e 1912 houve uma outra pandemia que teve início na Índia (onze milhões de mortes), estendendo-se à China, de onde trasladou-se para a costa do Pacífico, nos Estados Unidos. No Brasil, a peste entrou pelo porto de Santos em 1899 e propagou-se a outras cidades litorâneas. A partir de 1906 foi banida dos centros urbanos, persistindo como enzootia em pequenos focos endêmicos residuais na zona rural (RESENDE, 2009, p.81).

Naquele momento (século XIX), o Brasil se encontrava diante da epidemia provocada pela febre amarela, sobretudo entre as décadas de 1850 e 1870, quando a referida doença assolou o país. No primeiro momento, os políticos pertencentes às classes dominantes, inclusive, os próprios médicos sanitaristas, atribuíram o problema aos

negros e pobres que viviam em cortiços. Contudo, observou-se que a população mais atingida era a branca, inclusive os imigrantes, o que acalmou os ânimos já que a maior preocupação desse grupo e dos governantes era mais, com “[...] a propriedade escrava, num momento em que essa força de trabalho era a base da produção. Além desse aspecto, era, de qualquer forma, escasso o conhecimento que se tinha sobre a enfermidade naquela época” (SOIHET, 1999, p. 186). Observa-se que, a relação entre a epidemia que assolou o Brasil no século XIX (e permaneceu até parte do século XX) e a pandemia que nos alcança hoje, no século XXI, em pleno 13 de maio de 2020, está na maneira como os negros foram preservados do contágio da infecção na primeira fase de sua infestação (SOIHET, 1999).

Explicita-se, portanto, que até a Abolição da escravatura, os negros eram propriedades dos senhores e como tal deveriam ser preservados para garantir o desenvolvimento econômico do Brasil Imperial, que ocorreu principalmente por meio do cultivo da cana-de-açúcar pelas mãos dos africanos que foram trazidos na condição de escravos para as terras que hoje compõem o Brasil. Em 1531 aqui aportou o primeiro navio denominado “navio negreiro”. Hoje, maio de 2020, portanto, passados 132 anos da “libertação” dos escravos, esses povos ainda lutam por direitos sociais e, no atual (des)governo de Jair Bolsonaro os negros são hostilizados e continuam à deriva, sendo as maiores vítimas do coronavírus (2019-nCoV)”. De acordo com informação do Ministério da Saúde, publicada pelo G1 em abril (2020) a “Covid-19 tem se mostrado mais letal entre negros do que entre brancos”.

Levantamento mostra que mortes e hospitalizações de pretos e pardos sobem mais que em brancos, além disso, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada por corona vírus aumentou para 5,5 vezes até o dia 26 de abril de 2020¹⁷, conforme trecho a seguir da Carta Capital:

Em São Paulo, na maior cidade do país e a que conta maior número de mortes por Covid-19, são os bairros onde a população negra está mais concentrada que trazem a maior quantidade de óbitos pela doença. Segundo a Pública

¹⁷<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil-2/> Acesso em 15 de maio de 2020.

apurou, dos dez bairros com maior número absoluto de mortes causadas pelo coronavírus, oito têm mais negros que a média de São Paulo. [...] O bairro com maior número absoluto de mortes é a Brasilândia, com 103 casos. A região tem cerca de 50% da população negra — a média de São Paulo é de 37%. No extremo oposto, o bairro com menos negros da cidade, Moema, teve 26 mortes. A média de negros na região é de menos de 6% (CARTA CAPITAL, 07/05/2020, p. 01-02).

Nota-se, portanto, que essa pandemia, assim como as epidemias que ocorreram no mundo ocidental e alcançaram o solo brasileiro no século XIX, infecta as pessoas pelo contato físico, levando à morte, com maior frequência, aquelas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Esta analogia nos possibilita refletir que, no período da escravidão, os negros eram isolados do meio social, mas foram fortemente atingidos na transição do século XIX para o XX, quando já estavam em contato mais aproximado dos centros urbanos e moravam em lugares insalubres, com falta de saneamento básico, enfim, em situação miséria (SOIHET, 1999).

Na ocasião, a preocupação no combate da febre amarela e de outras epidemias que acometiam o Brasil passou a ser preocupação central dos governos, mais pelo desenvolvimento econômico e menos pela quantidade de mortes. Sobre tal questão verifica-se em Soihet (1999, p. 185):

Em 1870, por outro lado, a febre amarela havia se tornado um problema de saúde pública, justamente porque num momento de crise da escravidão vitimava, prioritariamente, os imigrantes. Segundo os higienistas, fazendeiros de café e altos funcionários do Império, o combate à febre amarela era necessário para viabilizar a imigração europeia para o Brasil, essencial à realização do progresso e da civilização. Na medida em que se aproxima o fim do século XIX, o combate às doenças articula-se a uma política de “embranquecimento” da população – fenômeno que se patenteia, segundo Chalhoub, na priorização do combate à febre amarela em detrimento de outros males como, por

exemplo, a tuberculose, que acometia principalmente a população negra.

Assim, as autoridades viram-se obrigadas a adotar medidas de contenção às doenças provocadas por epidemias, entre essas, a febre amarela culminou, então, com a implementação da vacinação como medida de combate “mais eficaz”, embora tenha faltado comunicação entre o governo e a população que, por desconhecimento objetivo dos fins da referida vacina, resistiu ao tratamento. Sobre essa questão reflete-se com Soihet (1999, p. 186):

No Rio de Janeiro em 1804 até a Revolta da Vacina em 1904, [...] Chalhoub destaca as experiências da população do Rio com o serviço de vacinação, realizando, em vista disso, uma incursão no mundo das concepções africanas e afro-brasileiras sobre doença e cura, especialmente no que tange a varíola e seu orixá, Omolu.

A autora apresenta os aspectos que caracterizaram as tensões entre a população, as autoridades sanitárias e os técnicos que compareciam às residências para vacinar os populares que, mesmo com forte tom de agressão na aplicação da vacina à força, os médicos higienistas atingiram seus objetivos, sobretudo porque na ocasião surgiu a ideologia da higiene (em termos de cuidados sanitários), que no começo funcionou como imposição, mas acabou se incorporando às culturas da sociedade brasileira.

Neste contexto, afirma Soihet (1999).

Emerge da narrativa uma “outra história” que busca tornar compreensível a tradição de desconfiança dos populares em relação à vacina e às práticas da medicina oficial e a sua preferência pelos *vacinophobos* populares. Medidas mais enérgicas são implementadas já em fins do século XIX, com vistas à obrigatoriedade da vacina: proíbe-se aos não-vacinados o acesso aos estabelecimentos de ensino e empregos públicos, culminando com ações mais agressivas como a “caça” aos *vacinophobos* e a vacinação domiciliar – não poucas vezes burlada pelos populares. Após seguir pistas lançadas por alguns poucos historiadores, Chalhoub, articulando os aspectos

acima apresentados, contribui de forma decisiva para a elucidação das tensões que culminaram com a Revolta da Vacina em 1904, particularmente no que tange às ações dos populares (SOIHET,1999, p.186).

Elucidam-se, então, as características do episódio que ficou conhecido por “A Revolta da Vacina”. Foi no início do século XX, quando a cidade do Rio de Janeiro se transformou no símbolo de beleza do Brasil, afinal, o Rio de Janeiro era a capital do país, verdadeiro cartão-postal que escondia a miséria dos morros que estavam em formação, as periferias provocadas pela falta de saneamento básico que transformavam a capital federal no foco das epidemias, sobretudo a “febre amarela, varíola e peste”, realidade que rendera à capital do país o triste apelido de ‘túmulo de estrangeiros’ (PORTO, 2003, p. 01).

A resolução desse grave problema de saúde provocado pelas epidemias fora encontrada graças à Ciência e sua estruturação pelas mãos e intelectualidade de Oswaldo Cruz¹⁸, que na ocasião sofreu profunda repressão da mídia e de boa parte da sociedade. Parece-me, portanto, que a revolta popular contra a vacina não significa que a população rejeitasse tratamento de prevenção contra as epidemias, mas era uma reação contra a forma que o presidente da República, Rodrigues Alves (1902-1906) adotou para a contenção das epidemias. Além de não se utilizar dos meios de comunicação social para informar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade da vacina, cometeu excessos ao determinar a demolição de muitos casarões e prédios

¹⁸O médico e cientista Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em São Luís do Paraitinga (SP), em 5 de agosto de 1872. Filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália Bulhões Cruz. Sua família se transferiu para o Rio de Janeiro em 1877 e, na capital, estudou no Colégio Laure, no Colégio São Pedro de Alcântara e no Externato Dom Pedro II. Graduiu-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, apresentando a tese de doutoramento A vehiculação microbiana pelas águas. Antes de concluir o curso, já publicara dois artigos sobre microbiologia na revista Brasil Médico. Seu interesse pela microbiologia levou-o a montar um pequeno laboratório no porão de sua casa. Contudo, a morte de seu pai, no mesmo ano de sua formatura, impediu o aprofundamento de seus estudos por um tempo. Dois anos depois, a convite de Egidio Salles Guerra, que se tornaria seu amigo e biógrafo, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, onde era responsável pela montagem e a chefia do laboratório de análises clínicas. Em 1897 Oswaldo Cruz viajou para Paris, onde permaneceu por dois anos estudando microbiologia, soroterapia e imunologia, no Instituto Pasteur, e medicina legal no Instituto de Toxicologia, entre outros. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em 07/05/2020.

simples com aglomerados de moradias, denominados “Cortiços”. “[...] A população local foi desalojada, refugiando-se em barracos nos morros cariocas ou em bairros distantes na periferia. As favelas começaram a se expandir” (PORTO, 2003, p. 02).

Situação semelhante pode ser observada hoje, no atual governo brasileiro, quando quase todos os dias os jornais estampam manchetes em suas páginas sobre a matança dos povos nativos (indígenas) por grileiros e latifundiários que se apossam das reservas indígenas garantidas pela Constituição Federal, em plena pandemia, sem que o governo federal elabore sequer uma fala a esse respeito, ao contrário, no último dia 22 abril (2020), Bolsonaro emitiu outra medida anti-indígena. “No meio de uma crise sanitária que ameaça causar um novo genocídio aos povos indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), emitiu a Instrução Normativa nº 9 que permite legalizar o crime de grilagem” que tem sido comum nas áreas indígenas. Trata-se de uma medida inconstitucional, criminosa e perversa que agrava ainda mais a violência contra os povos indígenas, desrespeitando o direito dos povos nativos ao isolamento social e à vida, além de incentivar o aumento de crimes ambientais, especialmente em momentos que a pandemia atinge os órgãos respiratórios dos infectados.¹⁹

¹⁹<http://apib.info/2020/05/01/durante-a-pandemia-funai-emite-norma-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/> acesso em 15/05/2020.

BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DAS PANDEMIAS NO BRASIL, ENTRE OS SÉCULOS XVIII, XIX E XX

Retomo, aqui, mais uma vez a discussão das epidemias do século XIX e início do XX, a fim de compreender a reação dos governos daquelas épocas e o de hoje, ao mesmo tempo em que busco interpretar o que significou o isolamento social naquele período e quais as contribuições para o isolamento social diante da pandemia do coronavírus (2019-nCoV). Na época das epidemias no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, havia uma cultura de desprezo pelo indivíduo que apresentava algum tipo de doença mental e para eles sobravam alguns internatos no estilo de hospícios, onde eram deixados em pleno isolamento social. Assim, indivíduos com distúrbio mental eram recolhidos aos chamados hospícios. Na capital do país existia um local conhecido por Hospital Nacional de Alienados, conforme tratamento da época destinado aos portadores de algum tipo de distúrbio mental.

Falarei aqui da história da pandemia²⁰ provocada pela gripe espanhola que começou nos EUA em 1918 e atingiu o Brasil, em 1919. Trata-se de um surto, o qual o isolamento social não foi levado a sério, já que na ocasião, no Brasil não houve essa preocupação como o que conhecemos hoje, recomendada pela OMS. A gripe espanhola foi a mais devastadora entre as doenças infecciosas que se alastraram entre os séculos XIX e XX, infectando mais da metade da população mundial e matando cerca quarenta milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a disseminação desse vírus ocorreu por meio dos portos, sobretudo no Nordeste, posto que logo depois que o navio inglês *Demerara*, aportou em Recife-PE, a gripe se espalhou

²⁰ A denominação “gripe espanhola” foi cunhada devido ao fato de muitas das informações a respeito da doença terem sido transmitidas pela imprensa da Espanha. Os jornais desse país, que se manteve neutro durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não sofriam censura quanto às notícias sobre a epidemia, o que não era o caso da imprensa dos países beligerantes. Por isso, assim que a gripe chegava a algum país, era logo chamada de “espanhola”. *Sergio Lamarão/ Inoã Carvalho Urbinati*. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola>. Acesso em 03 de junho de 2020.

quase instantaneamente por toda a região, posteriormente atingindo o Norte do país e por fim Rio de Janeiro e São Paulo.

Verificou-se que, ao longo do período pandêmico, o Brasil registrou cerca de 35 mil óbitos, só no Rio de Janeiro o número de mortes foi aproximadamente 12.700, entre os quais estava Rodrigues Alves (presidente eleito do Brasil em seu segundo mandato), mas não pôde tomar posse em 15 de novembro de 1918, porque foi infectado pelo vírus da gripe espanhola e morreu em consequência da doença na então capital federal, em janeiro de 1919.²¹

Ao analisar um relatório público da epidemia em questão, chama a atenção a problemática, “no auge da pandemia, durante o mês de outubro, o texto do relatório informa que a gripe espanhola entrou no Hospital de Alienados de maneira devastadora”. O Relatório faz referência ao Hospital dos Alienados que abrigava homens e mulheres. Mas existiam mais três espaços que abrigavam as pessoas consideradas alienadas: a Colônia de São Bento, na Ilha do Governador, a Conde de Mesquita, na Ponta do Galeão (estas duas eram destinadas apenas aos homens) e a Colônia Feminina do Engenho de Dentro. “Diferente do Hospital de Alienados, as colônias ficavam isoladas da cidade. Duas delas eram exclusivamente para homens, na Ilha do Governador e Galeão. A feminina, ao pé da Serra dos Pretos Forros, no então distante e isolado bairro de Engenho de Dentro.²² Esses espaços foram construídos como política do governo frente à lotação do hospital, e os recintos agrícolas tinham capacidade para abrigar as pessoas que estivessem aptas a desempenhar o trabalho.

A história das colônias, neste trabalho, trata dos espaços em que pessoas que desenvolviam algum quadro de transtorno mental à época, ao invés de receberem tratamento, eram consideradas “alienadas”, sendo afastadas da sociedade por meio do isolamento em hospícios ou colônias específicas. Para este trabalho, analisou-se documentos referentes à “Colônia Feminina de Alienados” situada na cidade do Rio de Janeiro, onde hoje é o bairro do Engenho de

²¹ Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati. Disponível em:

<https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola-> Acesso em 03 de junho de 2020.

²²<https://medium.com/@podcastmaishistoriaporfavor/n%C3%A3o-houve-pol%C3%ADtica-de-isolamento-no-brasil-durante-a-gripe-espanhola-mas-essa-hist%C3%B3ria-pode-nos-> Acesso em 08/05/2020.

Dentro. A referida colônia foi a primeira instituição psiquiátrica feminina do país, inaugurada em 1911 com o objetivo de abrigar mulheres pobres que, inicialmente eram atendidas pelo “Hospital de Alienados, localizada no subúrbio carioca. “Em 1918, praticamente não houve medidas de isolamento social. A disseminação da ‘hespanhola’ foi devastadora. Um local no Rio, por inúmeras contingências, se isolou da cidade [...].²³

Cabe, portanto, questionar acerca do resultado desse isolamento por motivo de transtorno mental nas pessoas. Será que o sacrifício a que foram submetidos homens e mulheres, no início do século XX, trouxe algum benefício para o Brasil do século XXI, cujo momento histórico convive com a pandemia que assola a sociedade brasileira? Pela análise dos números de internados, infectados e mortos no Hospital e nas colônias de S. Bento; Conde Mesquita, em relação ao número de infectados e de óbitos na sociedade em geral, entre os espaços de isolamentos dirigidos aos “alienados”, foi muito baixo, conforme dados entre 15 a 31 de outubro de 1918. No hospício da Ilha de São Bento, atual Ilha do Governador, havia 167 internados e desse total, foram infectados 119 (71%), porém só faleceram 4 homens, ou seja, 2,4%.

O relatório apresenta o seguinte dado sobre da pandemia provocada pela gripe espanhola: no Hospital Nacional dos Alienados havia 1450 internos, desse total 1.314 (90%) foram infectados e morreram 92 pessoas, ou seja, 6,3%. No hospício da Conde de Mesquita, onde hoje é o Galeão, havia 94 internados, dos quais 73 (77%) foram infectados e morreram 2 homens, ou seja, 2,1%. Enquanto na colônia feminina, das 419 mulheres internas, nenhuma faleceu por consequência da pandemia da gripe espanhola, enquanto no Hospital de Alienados, que internava homens e mulheres, entre as 545 que lá se encontravam internadas, morreram 67 mulheres. A partir desses dados surge um questionamento: por que nenhuma mulher na colônia feminina foi infectada pela epidemia da gripe espanhola ou mesmo da febre amarela? Na Colônia de Alienadas, nenhuma mulher morreu, embora, a mesma fosse composta por mulheres indigentes, po-

²³<https://medium.com/@podcastmaishistoriaporfavor/n%C3%A3o-houve-pol%C3%ADtica-de-isolamento-no-brasil-durante-a-gripe-espanhola-mas-essa-hist%C3%B3ria-pode-nos-595c1fb54613> – Acesso em 08/05/2020.

bres, em sua maioria negras. Esse fator caracteriza que, o salvamento das vidas dessas mulheres só foi possível graças ao isolamento pela segregação espontânea ocorrida pelas epidemias, já que durante a epidemia foram deixadas de lado, ou seja, aquelas que recebiam algumas visitas até o início da pandemia foram esquecidas e também, no período, cessou o envio de mulheres para o local, o que denota que, na ocasião as preocupações do governo estavam desvinculadas dessa população para atender as doenças causadas pela pandemia.

Voltando à conjuntura política brasileira de 2020, relacionada ao então ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta, que se viu confrontado com três sérios problemas: a pandemia, para a qual precisou seguir sozinho na busca de solução -, enquanto, o próprio presidente Jair Bolsonaro agia contra as determinações da OMS; inclusive, no dia 07 de março, quando o coronavírus já atingia o Brasil e os EUA, o presidente viajou com a sua comitiva, com destino ao estado da Flórida, nos Estados Unidos, onde se encontrou com o presidente norte-americano Donald Trump, cuja agenda presidencial ainda hoje é desconhecida. Mas, ao retornar ao Brasil, Bolsonaro insiste em afirmar que os médicos estariam autorizados a prescrever a hidroxicloroquina ou cloroquina para o tratamento da infecção provocada pelo coronavírus, mesmo sem comprovação científica da eficácia. Ao contrário, a ciência médica, em geral, não recomenda o referido medicamento frente aos efeitos nocivos já comprovados, inclusive o próprio ministro da Saúde, Mandetta, se negava recomendá-lo²⁴. Chama a atenção o posicionamento de subordinação do presidente Jair Bolsonaro em relação ao presidente norte-americano, Donald Trump, posto que o mesmo é acionista do laboratório fabricante da hidroxicloroquina (cloroquina), além de possuir ligação política com os demais financistas.

A irresponsabilidade do governo brasileiro é indiscutível, pois a comitiva do presidente Bolsonaro retornou dos EUA no dia 11 de março e na semana seguinte quase todos que a compuseram apresentavam os sintomas de Covid-19, dentre eles: major Mauro César Barbosa Cid, ajudante de ordens do presidente; coronel Gustavo Suarez da Silva, diretor adjunto do Departamento de Segurança do GSI; Fili-

²⁴<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/07/defensor-da-cloroquina-trump-tem-participacao-em-fabricante-do-medicamento.ht>. Acesso em 15/05/2020.

pe Martins, assessor especial da Presidência; embaixador Carlos França, chefe do cerimonial da Presidência; Sergio Segovia, presidente da Apex; Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia; Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional; Daniel Freitas, deputado federal; Flavio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O caso mais recente é o do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), Marcelo Thomé da Silva de Almeida.²⁵

Como se não bastasse, Bolsonaro compareceu em ato público em defesa da intervenção militar, ocorrido em 19 de abril de 2020, em frente ao Quartel General do Exército, Brasília – DF, o qual reuniu centenas de seus apoiadores. Na ocasião, chegou à manifestação acompanhado por seguranças e acenou para a população que segurava placas com as seguintes mensagens: “Fechem o STF e o CN (Congresso Nacional)”, em seguida o presidente Jair subiu em uma caminhonete onde discursou em transmissão ao vivo pelas redes sociais. “Muitas pessoas estavam sem máscaras, assim como o presidente [...] Havia ainda dezenas de idosos, que estão no grupo de risco do novo coronavírus, e pessoas com deficiência. ‘Fecha o Congresso’, gritavam os seguidores” (Carta Capital, 19/04/2020).²⁶

Para entender a posição do governo brasileiro frente à pandemia, recorro ao pensamento de Adorno, apresentado no trabalho de Bueno (2017). O comportamento do presidente da República remete-nos à memória do fascismo, quando Adorno expõe as consequências das mobilizações lideradas por ideologia fascista, cuja natureza tirânica exerce o domínio das multidões e as conduz a lutar contra a democracia, colocando em risco o princípio democrático.

Nesta perspectiva, a tirania se vincula aos “processos emocionais” e domina a população que incorpora inconscientemente a interlocução das lideranças fascistas, conforme reflete Bueno (2017, p. 495),

²⁵Dados retirado da página do GI do dia 23/03/2020 – Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/23/sobe-para-23-o-total-de-pessoas-que-estiveram-com-bolsonaro-nos-eua-e-tem-coronavirus.ghtml>– acessado em 03/05/2020. Organização da autora.

²⁶<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-participa-de-ato-em-brasil-e-discursao-vamos-negociar-nada>/acessado em 04/05/2020.

A mobilização dos processos emocionais, inconscientes e regressivos por parte do líder fascista, e sua eficiência no sentido de proporcionar satisfações de natureza narcisista compensadoras das frustrações reais experimentadas por seus seguidores, envolve, segundo Adorno, uma completa inversão dos procedimentos e objetivos propriamente educativos da teoria freudiana. Esta justificou-se nos termos de sua adesão explícita nos moldes do iluminismo filosófico como emancipação do homem do domínio heterônomo do inconsciente, horizonte sintetizado por Freud em sua máxima, [...] (p. 495).

Neste contexto, o fascismo impulsionado pelas forças “narcisistas”, que caracterizam as ações do atual governo, sobretudo com a negação da ciência, ao descumprir as recomendações da OMS contra o coronavírus 2019, quando não apenas discursa contra os riscos da contaminação do Coronavírus, mas insiste em valorizar a economia do país em detrimento às vidas que estão sendo sacrificadas pela pandemia. Assim, o presidente comparece em atos pelo fechamento das instituições públicas como o Congresso Federal, a Câmara Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF), mas induz boa parte da população a não respeitar o isolamento social tão necessário para proteger a sociedade, em época de pandemia.

Essa foi apenas uma das dezenas de aparições de Bolsonaro em público, transbordando todos os limites das determinações e normas de segurança contra a pandemia. Ele vem participando das mais variadas formas de transgressão às medidas adotadas pela OMS e aderidas pelo então Ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta, assim como também, pelo Ministro da Saúde, Nelson Teich²⁷, que não verbalizou a

²⁷O ministro da Saúde, Nelson Teich, deixou o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no dia 15 de maio de 2020. A saída de Nelson Teich do Ministério da Saúde, ocorreu em menos de um mês após ele substituir Luiz Henrique Mandetta na pasta, e sua saída já vinha sendo cogitada havia alguns dias, já que Nelson Teich estava visivelmente insatisfeito com a posição do governo federal, que insistia (e continua insistindo) no fim do isolamento social e na prescrição da Cloroquina para o tratamento da Covid-19, posição com a qual o ex ministro discordava, pois, o ministro que é médico não se submeteu as determinações do presidente Bolsonaro já que o mesmo não possui nenhum conhecimento técnico e científico, sobretudo na área da saúde. (Organização da autora) com base na Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso em 26/05/2020.

defesa para o afrouxamento do isolamento social, além de alertar a nação para os riscos da cloroquina no tratamento de Covid-19.

Enquanto isso, o então Ministro da Saúde prosseguia sozinho como sempre o fez, mas seguia rigorosamente o comando da OMS, colocando em prática seu conhecimento técnico (na área da saúde). Desse modo, Mandetta descentralizou o acesso aos dados que informam a grau da doença e a proporção que atingiria o Brasil, deixando claro que cada um pudesse decidir como utilizá-los.

Na ocasião, Mandetta percebeu que os estados brasileiros, em sua maioria, aderiram às regras da OMS, por isso os dados foram disponibilizados em sua totalidade. Mandetta que, antes de assumir o Ministério da Saúde, sobretudo em seus discursos como parlamentar na Câmara Federal, defendia a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), após sua experiência no Ministério frente a pandemia, se referia ao Sistema Único de Saúde como “nosso SUS”. E ao ser questionado se pediria demissão por conta das divergências com o governo, Mandetta responde, “[...] o compromisso do médico é com o paciente, e o paciente, agora, é o Brasil” (Correio Brasiliense, 04/04/2020).²⁸ Mas Mandetta acabou sendo demitido quando resolveu conceder entrevista para o Programa Fantástico da TV Globo, no qual emitiu severas críticas ao declínio do isolamento social.

Enfim, o Brasil que já vivia a pior de suas fases econômicas desde o estabelecimento do sistema político democrático, precisou parar, mesmo diante da insanidade e irresponsabilidade do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o qual continua amenizando os riscos da contaminação, tendo, assim, contribuído com a propagação do Sars-Cov-2, pois ele próprio deu à nação os piores exemplos, como já citado acima, além de induzir o povo a frequentar estabelecimentos comerciais, participar de aglomerações, dentre outros. Apesar de seus péssimos exemplos, uma parte da população brasileira ignora suas determinações e segue isolada, em cumprimento à recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Apesar do isolamento social, o número de óbitos no Brasil é crescente e abrange todas as classes sociais, porém, as maiores vítimas ainda são os pobres que dependem exclusivamente do SUS, uma vez que o sistema de saúde público – pela demanda – entraria em colapso.

²⁸<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/04> . Acesso em 04/05/2020.

Diante desse fator, compreende-se que o vírus denominado Sars-Cov-2 conseguiu alterar a rotina e os costumes das pessoas, das instituições públicas e privadas, das empresas em quase todo o globo terrestre.

Segundo a OMS, consideram-se essenciais os setores primordiais de saúde, sobretudo de saúde pública de acordo com a cultura de cada país e que o isolamento social seja levado a cabo para que a Covid-19 seja contida e, posteriormente, exterminada. No Brasil, foram considerados essenciais apenas os setores ligados à saúde, farmácia, supermercado, posto de gasolina, comércio de gás, fabricantes de equipamentos médicos e comunicação. Algumas empresas estão operando com trabalho remoto (home office), percebe-se que não é a maioria, pois muitas não estavam preparadas para desenvolver sua produtividade por meio remoto, não houve tempo de preparação. Tal pandemia tem evidenciado as desigualdades sociais do país, uma vez que o isolamento social é uma prática quase impossível diante das precárias condições de moradia e saneamento básico de grande parte da população.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SUS

No contexto da desigualdade social brasileira, em especial em tempos de pandemia, busco compreender o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, analisarei o documento denominado “Relatório”, que foi elaborado por vários pesquisadores em 2009, o qual apresenta dados das últimas décadas sobre o SUS, explicitando que o SUS fez parte da preocupação do governo brasileiro nesse período, o que consistiu em assegurar assistência em saúde para todos, reconhecendo, assim, a saúde como dever do Estado, valorizando a “[...] construção de conceitos e práxis focados na qualificação do cuidado integral, imprimiu-se um ritmo menos acelerado”. (MALTA *et. al.*, 2009, p 79-86).

Sobre a articulação e democratização do SUS, destacam-se os pesquisadores da Fiocruz: Viacava; Oliveira; Carvalho, Laguardia; Bellido (2018, p.2):

Em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, o acesso à saúde, através de um Sistema Único, passou a ser um direito social. A Lei 8.080/1990, por sua vez, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como principais princípios e diretrizes: universalidade de acesso em todos os níveis de assistência à saúde; igualdade na assistência, sem preconceitos e privilégio de qualquer gênero; integralidade da assistência; participação da comunidade; e descentralização político-administrativa. Também de 1990, a Lei 8.142⁶, entre outras providências, dispôs sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, prevendo as Conferências e os Conselhos de Saúde, ratificando a defesa de participação social proposta pela Reforma Sanitária (VIACAVA; OLIVEIRA; CARVALHO, LAGUARDIA; BELLIDO, 2018, p. 2).

Verifica-se que, nas últimas décadas, a evolução dos SUS tem relação com a ampliação de recursos humanos, o que consiste em aumento de profissionais da área da saúde em todos os aspectos, sobretudo, “[...]”

em unidades de Atenção Básica (AB) que possibilitam avaliar o crescimento da oferta desses recursos, assim como demonstrar os efeitos de políticas específicas, como a Política Nacional de Atenção Básica e o Programa Mais Médicos” (VIACAVA *et. al.* 2018, p. 3).

Para Paiva (2017), o Programa Mais Médicos foi uma das iniciativas do governo brasileiro com o objetivo de intensificar melhoras na formação de médicos no país. Sendo assim, verifica-se esforço do governo, no que tange à ampliação e distribuição de médicos por todo o território, especialmente, no sentido de reforçar a Atenção Primária em Saúde, isto é, no acompanhamento e tratamento básico da saúde dos cidadãos e cidadãs brasileiros ou estrangeiros residentes²⁹ no Brasil.

Thais Franco reflete sobre o Programa Mais Médicos,

As mudanças mais significativas no programa ocorreram antes mesmo da publicação da lei que o instituiu. A introdução de um segundo ciclo de formação para ingressantes no curso de medicina, presente na MP, foi excluído no texto final da Lei. Em troca, a lei determinou a ampliação da carga horária do internato destinada às atividades na Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, e também instituiu a obrigatoriedade de cursar um ou dois anos da residência em Medicina Geral de Família e Comunidade para o acesso à maior parte dos outros programas de residência médica (FRANCO, 2017).³⁰

Neste contexto, avalia-se a importância do SUS como prestação de serviços à saúde pública brasileira, sobretudo na prevenção das doenças. Contudo, ainda há quem questione a importância desse programa, o Mais Médicos (SADER, 2016).

O Programa conhecido por Mais Médicos foi criado e lançado em 8 de julho de 2013 pelo Governo Dilma e tinha o objetivo de atender e suprir a carência de médicos nas periferias e nos interiores das grandes cidades brasileiras. Desse modo, o programa distribuiu

²⁹Grifo da autora com base no conhecimento de alunos bolivianos que moram no Brasil e, sempre foram atendidos para cuidados da saúde pelo SUS.

³⁰<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/para-entender-o-programa-mais-medicos/>- Acesso em 06/05/2020.

cerca de 15 mil médicos nas regiões mais carentes de atendimento em saúde, operando com bastante sucesso, o referido Programa chegou em 2017 com 18.240 médicos, os quais garantiam acesso a 63 milhões de pessoas em 4.058 municípios.

Apesar do sucesso do Programa Mais Médicos no Brasil e da extensão do atendimento oferecido aos mais necessitados, durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que se ganhasse a eleição expulsaria os médicos cubanos do Brasil, além de distratar o governo cubano, tratando-o por irresponsável e explorador³¹, acarretando desgaste nas relações Cuba e Brasil e por consequência, Raul Castro, Governo de Cuba, decidiu retirar seu povo do Brasil, no dia 01 de agosto de 2019, os médicos cubanos deixaram o Brasil (G1 MUNDO, 2018).

Sobre a formação dos SUS, a instituição ganhou mais relevância social, quando obteve destaque social na agenda federal, sobretudo no que tange à ampliação de hospitais públicos, de leitos e a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Mais Médicos, entre outros. Apesar disso, considera-se que, no início deste século, a instituição ainda padecia de muita carência, conforme explanação de Machado, (2011, p.521):

No Brasil, o atendimento às urgências mostra deficiências estruturais do sistema de saúde, como: dificuldades de acesso em vários níveis de atenção, insuficiência de leitos especializados, incipiência dos mecanismos de referência e inadequação na formação dos profissionais de saúde. Ainda assim, somente no começo dos anos 2000 o Ministério da Saúde iniciou a estruturação de uma política articulada para a área.

Observou-se, portanto, que ainda de maneira precária, somente nas primeiras décadas do século XXI, o referido sistema de

³¹<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>- Acesso em 04/05/2020. A referida matéria não foi assinada por nenhum jornalista como habitualmente, figuram o nome do autor da matéria, reportagem, fotografos nas matérias da referida empresa de comunicação, crer-se que tal fator pode ter sido estrategicamente para evitar perseguição aos profissionais, o que vem sendo rotineiro no atual governo brasileiro.

saúde, foi levado a sério (SAMU³²), hoje dimensionado de grande importância social, entrou para o rol de política pública do governo. Sendo assim, a implementação dessa política ocorreu como categorias de análise e inserção no Ministério da Saúde em 2004, mas em 2009 a sua distribuição estava incorporado ao SUS o que permitiu ser expandido em todo território nacional, (MACHADO, 2011, p. 521; SADER, 2016).

Analisou-se o documento que instituiu e oficializou o SAMU, em 27 de abril de 2004, o qual configura fotos do ex-presidente Lula e sua equipe ministerial da saúde. O documento apresenta aspectos do funcionamento do SAMU, que foi criado em 2003 e oficializado pelo Ministério da Saúde por meio do Decreto nº. 5.055, de 27 de abril de 2004, refletir-se a seguir:

O SAMU, no Brasil, propõe um modelo de assistência padronizado que opera através do acionamento à Central de Regulação das Urgências, com discagem telefônica gratuita e de fácil acesso (linha 192), com regulação médica regionalizada, hierarquizada e descentralizada.

Entre os diversos objetivos do SAMU, destacam-se os que se considerou primordiais, de acordo com a análise do documento:

³²É um serviço de socorro pré-hospitalar móvel, em que o usuário solicita atendimento por intermédio do acesso telefônico gratuito pelo número 192. Tem um componente regulador (Central Médica de Regulação) e um componente assistencial (equipe das ambulâncias). Na central de regulação, todas as etapas dos atendimentos devem ser registradas no computador e gravadas. As chamadas são atendidas por telefonista que identifica o paciente e o local da chamada, e transfere o atendimento para o regulador médico que pode orientar o paciente por telefone ou acionar a equipe assistencial. Para a assistência ao paciente as ambulâncias são de dois tipos: Unidades de Suporte Básico (USB), com técnico de enfermagem na equipe de saúde; e Unidade de Suporte Avançado (USA), ambulância com mais recursos tecnológicos e com médico e enfermeiro na equipe. As ambulâncias podem ficar baseadas na própria central de regulação ou em bases descentralizadas, nos casos de SAMUs metropolitanos ou regionalizados. Compõem a frota em função de necessidades regionais as motolâncias, ambulâncias ou embarcações e o aeromédico, composto por helicóptero ou avião. O SAMU potencializa e organiza o acesso aos serviços de urgência hospitalar e ao leito hospitalar, tornando-se uma nova porta de entrada no sistema, capaz de salvar vidas. Obs: a nota de rodapé pertence integralmente aos autores: Gisele O'Dwyer; Mariana Teixeira Konder; Luciano Pereira Reciputti; Cesar Macedo; Monica Guimarães Macau Lopes. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/csp/2017.v33n7/e00043716/pt-> Acesso em 06/05/2020.

Realizar a coordenação, a regulação e a supervisão médica, direta ou à distância, de todos os atendimentos pré-hospitalares; - Realizar o atendimento médico pré-hospitalar de urgência, tanto em casos de traumas como em situações clínicas, prestando os cuidados médicos de urgência apropriados ao estado de saúde do cidadão e, quando se fizer necessário, transportá-lo com segurança e com o acompanhamento de profissionais do sistema até o ambulatório ou hospital; - Promover a união dos meios médicos próprios do SAMU ao dos serviços de salvamento e resgate do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária, da Defesa Civil ou das Forças Armadas quando se fizer necessário; - Regular e organizar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito macrorregional e estadual, ativando equipes apropriadas para as transferências de pacientes.

Diante da análise de documentos, realizada para este trabalho, verifica-se que a articulação das políticas de saúde pública ocorridas no governo Lula foram determinantes para o salvamento de vidas e da saúde pública em geral, em todo o território nacional, sem o qual, muitas vidas poderiam perecer antes de qualquer socorro.

Considerações Finais

Para Marc Bloch (2001), a “História é a ciência dos homens no tempo”. Sendo assim, podemos costurar com o fio do tempo os acontecimentos das sociedades e confeccionar uma parte da história da humanidade. Aqui nos referimos aos desdobramentos da pandemia Sars-Cov-2, que atinge o mundo no século XXI, quando mesmo no isolamento social, o calendário continua a determinar o tempo histórico e, assim, a influenciar a vida das pessoas nas sociedades contemporâneas, de maneira súbita, em consequência da pandemia que provocou a doença denominada “2019-nCoV”. Esses fatores históricos, hoje, devem contribuir para a reflexão do aceleramento do trabalho, em que as sociedades vêm sendo submetidas em consequência da Política Neoliberal implementada de maneira exacerbada pelos líderes dos países capitalistas, como o Brasil, onde o presidente Jair Messias Bolsonaro retira direitos do trabalhador em favorecimento ao empresariado, libera demissões em plena pandemia, fazendo com que o empregado perca o seu vínculo empregatício, transformando o país em um amontoado de miseráveis que serão submetidos à mais terrível exploração do capitalismo.

Essas medidas do governo brasileiro respondem às indagações acerca do objetivo de sua eleição, que cumpre o papel de desmantelamento da economia brasileira e da destruição do Estado, inverte o papel do Estado como instrumento da ação coletiva e social, substituídas pelos interesses dos empresários, das classes dominantes distorcendo os interesses dos trabalhadores” (SOUZA; HOFF, 2019).

Observa-se, portanto, que o neoliberalismo foi severamente incrementado no Brasil com o Golpe de 2016, que proporcionou a retomada das medidas conservadoras com o governo de Michel Temer, cujos argumentos para a consolidação do referido Golpe, ainda hoje, não têm justificativa convincente, a não ser os interesses unilaterais do neoliberalismo, que culminou com a eleição de um homem preconceituoso, machista, racista entre outras características que representam a posição política de Jair Bolsonaro e sua equipe

governamental. O mesmo não apenas deu continuidade às medidas adotadas pelo governo de Michel Temer, como não criou nenhuma medida econômica para conter o desemprego, além de cortar muitas das políticas públicas incrementadas nos governos do PT, a exemplo do corte de bolsa família, corte de bolsas para a pesquisa científica, entre outros cortes de políticas sociais que contribuíram amplamente para o aumento desenfreado da pobreza em todo o país.

Mas a desvalorização do atual governo não se limitou aos mais carentes, pois só nos “recursos para iniciativas de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima tiveram um corte de R\$ 11,2 milhões, o equivalente a 95% de corte no orçamento” (PINA, 2019).³³ Esta realidade só chega ao conhecimento público porque os meios de comunicação de massa que desenvolvem um jornalismo com responsabilidade seguem acirradamente conversando com a oposição. Mas, sobretudo, porque a oposição não tem medido esforços para conter os excessos nas medidas adotadas por Bolsonaro, que são implantadas, mesmo que os parlamentares de oposição não deem trégua. Conforme observa Pina, (2019):

Dados divulgados pela bancada do PSOL na Câmara dos Deputados mostram para quais programas foram direcionados o congelamento de recursos. O orçamento para o apoio à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por exemplo, teve queda de R\$ 6,4 milhões, o que equivale a um enxugamento de 83% do orçamento do programa. Em valores brutos, o programa que teve mais recursos congelados foi o de Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O corte para a ação foi de mais de R\$ 45 milhões.

De acordo com a Revista Brasil de Fato (PINA, 2019), uma servidora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que pediu sigilo sobre sua identidade, forneceu sua opinião sobre o corte de recursos do governo federal, de

³³<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/bolsonaro-corta-95-do-orcamento-das-acoes-destinadas-a-combater-mudancas-climaticas>. Acesso em 08/05/2020.

como poderia refletir negativamente nos próximos meses, já que houve a exoneração de muitos profissionais e não aconteceu a reposição dos mesmos. Sabe-se que o impacto negativo da falta de investimento no meio ambiente, assim como para a saúde pública e para a educação, poderão causar dano incomensurável à sociedade, sobretudo no momento atual, em que o coronavírus provoca doenças respiratórias, pois de acordo com notícias da Agência Brasil³⁴, até o dia 25 de maio de 2020, o Brasil já registrou cerca de 807 novas mortes por COVID-19, somando o total de 23.473 mortes desde o início da pandemia. Este resultado corresponde a um aumento de 3,5% em relação ao dia 24 de maio de 2020 (dia anterior). Com isso, o número de infectado no país sobe para 374.898 até o dia 25 de maio de 2020 (VALENTE, 25/05/2020, Agência Brasil).

A ciência brasileira encontra-se em um momento crítico, embora estejamos no momento que mais precisamos dela, diante da pandemia que nos atinge. O último corte de recursos anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro agravou drasticamente uma situação que, há décadas já atravessava dificuldade. Não é à toa que América do Sul se tornou um novo epicentro da pandemia 2019-nCoV, conforme informação da Organização Mundial da Saúde (OMS) noticiada pela Carta Capital³⁵ em 23/05/2020. Enfim, a América Latina, sobretudo os países da América do Sul são os mais afetados pelo Sars-Cov-2, e o Brasil já ocupa o primeiro lugar nessa escala, se projetando para o primeiro lugar no mundo em infectados e mortes por infecção do Sars-Cov-2 (CARTA CAPITAL, 23/05/2020).

Uma medida muito desastrosa do governo federal diz respeito Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que sofreu pelo contingenciamento de 42,27% das despesas do MCTIC, colocando em risco todo desenvolvimento da Ciência no Brasil, conforme reflexão a seguir:

Nunca vi cortes da magnitude dos que foram decretados recentemente. São cortes extremamente pesados e, se não

³⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-brasil-tem-374898-casos-confirmados-e-23473-obitos/> Acesso em 26/05/2020.

³⁵ <https://www.cartacapital.com.br/mundo/coronavirus-varre-a-america-latina/> Acesso em 26/05/2020.

forem revertidos, destruirão a ciência brasileira. Esses cortes representam um ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional”, afirma Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências.³⁶

Esta realidade articulada na ciência brasileira é histórica e tem chocado todos os profissionais em alerta, sobretudo no âmbito da saúde. Dessa forma, o médico e cientista brasileiro Miguel Nicolelis, critica a posição do governo federal ao observar que o mesmo vem retirando verba da ciência, situação que se assemelha às medidas adotadas no regime militar.³⁷

É importante refletir que, mesmo antes da pandemia adentrar o país, a realidade brasileira já podia ser interpretada como desastrosa em todos os seus âmbitos da sociedade, pois, apesar do presidente ter sido eleito com a bandeira da justiça e anticorrupção, neste sentido, suas ações jamais foram percebidas pelos cientistas sociais e economistas no Brasil e no mundo. Ao contrário, Bolsonaro conduziu o mundo do trabalho ao maior retrocesso dos últimos dois séculos, convergindo com os aspectos tradicionais das relações do trabalho apresentadas no início da Idade Média, ao retirar direitos sociais, até então garantidos à classe trabalhadora pela Constituição Federal de 1988, o que levou boa parte da sociedade brasileira à miséria, provavelmente, tornando-a mais vulnerável aos efeitos da pandemia.

Nesse caso, pode-se avaliar que, no Brasil, o risco de contaminação com o Sars-Cov-2 não foi levado a sério como deveria, frente ao risco que o próprio presidente oferece à nação, ao se deslocar e se fazer presente em movimentos quando esteve em contato com pessoas infectadas, já que esse coronavírus se propaga rápido e, dependendo das condições de saúde e imunológicas, a pessoa infectada pode falecer muito rapidamente. Desse modo, a contaminação desse vírus impacta diretamente a economia mundial e as sociedades de diferentes partes do mundo – nesse caso, cabe ao Estado disponibilizar verba mínima para a manutenção da população desempregada, em subemprego, entre outros, mas essa política só foi implementada no

³⁶<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-bolsonaro-acelera-a-falencia-da-ciencia-no-brasil/>acessado em 08/05/2020. Acesso em 08/05/2020.

³⁷<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nicolelis-sobre-cortes-na-ciencia-tudo-o-que-criei-aqui-esta-no-ar/>Acesso em 08/05/2020.

Brasil frente a intervenção dos parlamentares de esquerda e outros que, mesmo possuindo posição política diferente, são progressistas e votaram a favor de uma distribuição de renda mínima que varia de seiscentos reais (R\$ 600,00) a um mil e duzentos reais (R\$ 1.200,00) dependendo da realidade de cada família³⁸.

Neste sentido, foi importante compreender, então, o que significa esse vírus denominado Sars-Cov-2, cuja proliferação se dá de maneira rápida e abrangente - alterando os hábitos e a cultura da sociedade brasileira, que atravessa a pandemia carente de políticas públicas necessárias, que sejam capazes de garantir a subsistência de grande parte da sociedade e também de promover a dissipação desse vírus, a fim de conter a devastação por que passa nosso país neste momento de crise pandêmica que veio somar à crise econômica, política e social pela qual passa o Brasil nos últimos anos.

Eis aqui a ideia de tempo histórico divisor de águas na articulação dos “aspectos tradicionais do calendário” porque, além de cristalizar a relação histórica, social, a memória cristã, também permite a construção historiográfica da cultura. Sim, o tempo histórico, pois em um percurso muito rápido, em que o tempo era escasso frente aos inúmeros compromissos assumidos pelos indivíduos no cotidiano eloquente do mundo do trabalho, sobretudo, nas sociedades como o Brasil, cujo capitalismo exacerbado consome a humanidade, de repente, as pessoas tiveram de romper com suas rotinas, se afastar de amigos, familiares, do trabalho e deixar de sair de casa.

O Sars-Cov-2 obrigou o mundo todo a mudar de hábitos, inclusive o abraço e o aperto de mão inspirando confiança. O abraço aconchegante, o carinho ou o simples do encontro deixaram de acontecer – o tempo não é mais importante, porque ele sobra para muitos que se encontram no isolamento social. Contudo, é preciso considerar o tempo subjetivo, esse que define o sentimento de sua passagem rápida ou longa, em tempos em que a sociedade padece de solidão, perda de entes queridos, doenças e toda sorte de carência. Concebe-se nesse entendimento as consequências desastrosas de um país acometido por uma pandemia, mas sem um líder que de fato represente a nação.

³⁸[https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R\\$-600-](https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R$-600-) Acesso em 15/05/2020.

De acordo com pesquisadoras(es) do Ipea³⁹, a pandemia do coronavírus (Covid-19) terá impactos significativos, embora ainda não existam dados suficientes para dimensionar seus efeitos sobre sociedade e ainda esteja em curso. Essa pandemia pode ser compreendida como um fenômeno inédito na história, cujo resultado não se tem ideia e nem sobre o seu fim. Neste contexto, o isolamento social continua sendo a medida mais eficaz no combate ao desconhecido e a tecnologia, que antes separava as pessoas, mesmo próximas fisicamente, está sendo largamente utilizada para a aproximação social, por meio da comunicação social oferecida pela internet (redes sociais), entre outras. Enfim, espero que todos e todas possamos aprender com o isolamento social, com os efeitos dessa pandemia e com as ações do governo sobre todos...

³⁹<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>. Acesso em 15/05/2020.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/historia_ciencia_dos_homens_no_tempo_bloch.pdf. Acesso em 03/06/2020.

BUENO, Sinésio Ferraz. A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: Implacação no campo formativo. **Revista Educação quadrimestral**. Vol. 40, n.3, p.492-500. Porto Alegre, 2017. ISSN 1981-2582.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. PDF. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/gj8dk/pdf/lopes-9788599662779.pdf>. Acesso em 13/05/2020.

MALTA, Deborah Carvalho et al . A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 79-86, mar. 2009 . Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742009000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 de maio de 2020.

MERCADANTE, Aloisio. Brasil em debate, volume 4. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 55, n. 1, p. 53-54, Jan. 2003 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/05/2020.

QUIRICO, Tamara. **Peste Negra e escatologia**: os efeitos da expectativa da morte sobre a religiosidade do século XIV - ROSSATTO, Noeli Dutra (org.). PDF, (ISSN 1676-5818) 2012.

SOIHET, Rachel; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

REZENDE, J. M. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina. São Paulo: Unifesp, 2009. (As grandes epidemias da história).

RODRIGUES, J. N. **Caminhos e Descaminhos da Meritocracia Contra as Políticas de Ação Afirmativa na Universidade de São Paulo**. São Paulo: FiloCzar, 2020 (prelo).

SADER, Emir. (Org). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2016.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C.E. A.; CARDOSO, A. M. **Povos indígenas e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/pdf/barros-9788575415870-03.pdf>. Acesso em 23/05/2020.

SILVA, Daniel Neves. "O que foi a Peste Negra?" In **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-peste-negra.htm>. Acesso em 04/05/ 2020

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular.**urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba , v. 11, e20180023, 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100256&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08/05/2020.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas.**Tempo soc.**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 195-217, Nov. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13/05/2020.

Sites/ Revistas/ Jornais

BONIN, R. Popularidade de Lula bate Record e chega a 87%, diz Ibope. G1. 16/12/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em 14/05/2020.

GI do dia 23/03/2020 – Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/23/sobe-para-23-o-total-de-pessoas-que-estiveram-com-bolsonaro-nos-eua-e-tem-coronavirus.gh.html>. Acesso em 03/05/2020.

<http://apib.info/2020/05/01/durante-a-pandemia-funai-emite-norma-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/>. Acesso em 15/05/2020.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em 14/05/2020.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/publicada-portaria-que-regulamenta-medidas-para-enfrentar-o-covid-19>. Acesso em 04/05/2020.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/22>. Acesso em 23/05/2020.

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>. Acesso em 04/05/2020.

<https://medium.com/@podcastmaishistoriaporfavor/n%C3%A3o-houve-pol%C3%Adtica-de-isolamento-no-brasil-durante-a-gripe-espanhola-mas-essa-hist%C3%B3ria-pode-nos>. Acesso em 08/05/2020.

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/07/defensor-da-cloroquina-trump-tem-participacao-em-fabricante-do-medicamento.ht>. Acesso em 15/05/2020.

<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/bolsonaro-corta-95-do-orcamento-das-aco-es-destinadas-a-combater-mudancas-climaticas>. Acesso em 08/05/2020.

[https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R\\$-600](https://www.camara.leg.br/noticias/649910-CONHECA-AS-REGRAS-DO-BENEFICIO-EMERGENCIAL-DE-R$-600). Acesso em 15/05/2020.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-participa-de-ato-em-brasilia-e-discursa-nao-vamos-negociar-nada/>. Acesso em 04/05/2020.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/gravissimo-veja-as-reacoes-a-liberacao-do-video-da-reuniao-de-bolsonaro/>. Acesso em 22/05/2020.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil-2/>. Acesso em 15 de maio de 2020.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-bolsonaro-acelera-a-falencia-da-ciencia-no-brasil>. Acesso em 08/05/2020.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nicolelis-sobre-cortes-na-ciencia-tudo-o-que-criei-aqui-esta-no-ar/>. Acesso em 08/05/2020.

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/04>. Acesso em 04/05/2020.

<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>. Acesso em 15/05/2020.

<https://www.jornalcontabil.com.br>. Acesso em 13/05/2020.

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875- Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus. Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Acesso em 02/05/2020.

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssaude/pdf/apresentacao.pdf>. Acesso em 06/05/2020.

Instituto Pasteur, e medicina legal no Instituto de Toxicologia, entre outros. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em 07/05/2020.

MACHADO, Cristiani Vieira. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. (RJ, 2011). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n3/2335.pdf>. Acesso em 06/05/2020.

MARIA CARLA, 23/03/2020. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br/bolsonaro-aproveita-pandemia-para-editar-mp-que-autoriza-demissao-em-massa/>. Acesso em 02/06/2020.

PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020 – Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em 04/05/2020.

SILVA, Daniel Neves. "O que foi a Peste Negra?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-pesto-negra.htm>. Acesso em 04/05/2020.

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 23/05/2020.

VERBETE GRIPE ESPANHOLA. Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola>. Acesso em 03/06/2020.

Sobre a autora



Josefa Neves Rodrigues é doutoranda no Programa de Pós-Graduação: Educação, História, Política, Sociedade (EHPS) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da Professora Doutora Helenice Ciampi. Mestra pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), Programa de Pós-Graduação em História Social, com dissertação intitulada: “Caminhos e Descaminhos da Meritocracia Contra as Políticas de Ação Afirmativa na Universidade de São Paulo”, sob a orientação do Professor Doutor Amailton Magno Azevedo. Especialista (*Lato Sensu*) em História, Sociedade Cultura pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). A autora é licenciada em História pela Universidade Sant’Anna, bacharela em Jornalismo pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE. Possui experiência com o ensino fundamental e médio na educação pública e privada no estado de São Paulo. Possui experiência com o ensino superior, tendo atuando na Faculdade Academus de Guarulhos (FAAC); na Faculdade Paschoal Dantas (FPD); Faculdade Paulista São José (EPSJ), nas seguintes disciplinas: História da Infância e Multiculturalismo e História da Educação Brasileira, História do Brasil; História da Cultura Brasileira e Africana, entre outras. Atualmente é bolsista CNPq, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2742149816785190>.

E-mail: jnrodrigues62@gmail.com

Outras publicações da Editora FiloCzar

Educação

Educação Vegana: Perspectivas no ensino de Direitos Animais

Educação Vegana: A urgência de novos olhares

Educomunicação

Você, Repórter da Periferia: Visões e Vivências do Jornalismo nas Periferias

Filosofia

Da Semântica do corpo ao gesto da palavra

Debates contemporâneos em Filosofia da Mente

Diálogos em Filosofia Clínica

Ética Cristã e Filosofia Clínica

Filosofia Clínica, Epistemologia e Lógica

Filosofia da Mente, Ciência Cognitiva e o pós-humano: para onde vamos?

Informação, Conhecimento, Ação Autônoma e Big Data: Continuidade ou Revolução? (co-edição UNESP)

Introdução à Filosofia Clínica e Filosofia Aplicada: Avaliações e Fundamentações

Minorias: da sociedade de consumo à sociedade do convívio

O homem como animal na Historia Animalium de Aristóteles

O príncipe eletrônico: Mídia, política e sociedade

Ortega y Gasset e o nosso tempo

Os memes e a memética: O uso de modelos biológicos na cultura

Peirce e a Neurociência do século XXI: Reflexões sobre filosofia e medicina

Reflexões Epistemológicas: Diálogos sobre filosofia clínica e educação

Sementes de Pragmatismo na Contemporaneidade: Homenagem a Ivo Assad Ibri

Semiose: Aspectos traduzíveis em clínica

Subjetividade e corporalidade na Filosofia e na Psicologia: Karl Jaspers, Merleau-Ponty e a Filosofia Clínica [Edição Bilíngue]

Tecnologias e sociedade: Discussões contemporâneas

Visões Filosóficas sobre ciência e natureza

Infantil

Pé de goiabeira

Você conhece o Jack?

Crico, o ratinho pensador

Leitura

Formação e desenvolvimento do leitor: Os sujeitos envolvidos e suas responsabilidades

Psicodrama

Psicodrama: Apontamentos e criação

Psicodrama, cinema e processos de subjetivação

Psicologia

Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho: Aspectos teóricos, metodológicos, interventivos e preventivos

Psicopedagogia

Henri Wallon e a prática psicopedagógica

Terapia Ocupacional

Formação em Terapia Ocupacional no Brasil

Literatura

Ângela, um Jardim no vermelho

Escritas diversas do eu

O Antropólogo

Os miseráveis da seca

Contos

Na década de dez – vol. II

Contos em Clave de Sol

Poesia

Caos

Dos olhos pra fora mora a liberdade

Esteticidades de um paulistano

Luz & Tom

O quintal de Joaquina

Relíquias de minha inspiração

Felicidade Brasileira: Os versos de um Semblantes

Teatro

Luz & ribalta

Visite o site da Editora e Livraria FiloCzar: www.editorafiloczar.com.br